

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO CACAUUEIRA



DISTRIBUIÇÃO
DA RENDA
REGIONAL

volume 12



COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS
BAHIA • BRASIL

1976

00003322

339.41098142 Ferreira, Orlins
F383 Distribuição da renda regional [por] Orlins
 Ferreira [e] Emílio Almeida Nofal. Rio de
 Janeiro, Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1977.
 74p. ilust. (Diagnóstico sócio-econômico
 da região cacauzeira, 12)

Inclui bibliografia

1. Renda — Distribuição — Bahia — Sudeste. 2. Economia agrícola — Bahia — Sudeste. 3. Sociologia rural — Bahia — Sudeste. I. Nofal, Emílio Almeida. II. Série. III. Título.

IICA
E10
549

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

Vinculada ao Ministério da Agricultura

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS - IICA - CIDA

DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO CACAUEIRA

CONVÊNIO IICA/CEPLAC

VOLUME 12

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA REGIONAL

**Ilhéus, Bahia, Brasil
1976**

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC

Conselho Deliberativo

Presidente:	Alysson Paulinelli Ministro da Agricultura
Vice-Presidente:	Benedicto Fonseca Moreira Diretor da Carteira de Comércio Exterior Banco do Brasil S.A.
Secretário-Geral:	José Haroldo Castro Vieira
Representantes:	Ministério da Indústria e do Comércio Carlos Pereira Filho Governo do Estado da Bahia José Guilherme da Motta Governo do Estado do Espírito Santo Emir de Macedo Gomes Banco Central do Brasil Antônio Luiz Marchesini Torres Produtores do Cacau Onaldo Xavier de Oliveira

Administração da CEPLAC

Secretário-Geral:	José Haroldo Castro Vieira
Diretor Científico:	Paulo de Tarso Alvim
Diretor Administrativo Regional:	Roberto Midlej
Coordenador Geral de Programas:	Jorge Raymundo Vieira
Diretor do Centro de Pesquisas do Cacau:	Fernando Vello
Diretor do Departamento de Extensão:	Manoel Malheiros Tourinho
Diretor da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira:	Altenides Caldeira Moreau

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS – OEA

Diretor Geral:	José Emílio Araújo
Diretor Regional para a Zona Sul:	Manuel Rodríguez Zapata
Representante no Brasil:	Luis A. Montoya

COORDENAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

IICA: Levy Cruz, Sociólogo Rural
(Até 30 de setembro de 1974)

CEPLAC: Hermino Ramos de Souza, Economista
(De agosto de 1974 a junho de 1976)

Antonio Manoel Freire de Carvalho, Eng. Agrônomo
(a partir de julho de 1976).

I. EQUIPE TÉCNICA

GRUPO DE RECURSOS NATURAIS

Sub-Coordenador: Miguel Roeder

1. *Cartografia Básica:*
José de Oliveira Leite – Eng.^o Agr.^o
2. *Clima:*
Miguel Roeder – Eng.^o Agr.^o
3. *Geologia:*
Hélio C. A. Azevedo – Geólogo
Nelson Sá Oliveira – Geólogo
Pedro Barbosa de Deus – Geólogo
4. *Hidrologia:*
Carlos Armando Rocha Filho – Eng.^o Civil
5. *Solos:*
Antonio Carlos P. Dias – Eng.^o Agr.^o
Acyr A. Melo – Eng.^o Agr.^o
Luiz Ferreira da Silva – Eng.^o Agr.^o
Raimundo Carvalho Filho – Eng.^o Agr.^o
6. *Uso Atual da Terra:*
João Edivaldo Lima dos Santos – Veterinário
José de Oliveira Leite – Eng.^o Agr.^o
7. *Vegetação:*
João Baptista Soares Gouvêa – Geógrafo
Máximo Hori – Eng.^o Florestal
Terezinha de Jesus Soares Ramos – Eng.^o Agr.^o
Sérgio Guimarães da Vinha – Eng.^o Agr.^o
Luiz Alberto Mattos Silva – Tec. Agric.

GRUPO DE SOCIOECONOMIA

Sub-Coordenadores: Hermino Ramos de Souza – Economista (a partir de agosto de 1974)
Levy Cruz – Sociólogo Rural – IICA (até julho de 1974)

Amauri Ferreira Muniz – Estatístico
Ana Maria Bianchi dos Reis – Socióloga
Décio Farias Novaes – Eng.^o Agr.^o
Egon Lucas Pereira – Analista de Sistemas (Contratado pelo IICA)
Emilie Almeida Nofal – Economista
Frederico Monteiro Álvares Afonso – Eng.^o Agr.^o
Gumercindo Martins de Sá Filho – Eng.^o Agr.^o
Hélio Estrela Barroco – Economista
Helomar Duarte Ramalho – Sociólogo
Hircio Ismar Santana Ferreira – Eng.^o Agr.^o
Ivan da Mata Machado – Economista
Luis Alfredo Nunes Raposo – Economista
Luciano Carlos Vital de Mattos – Economista
Manoel Malheiros Tourinho – Eng.^o Agr.^o
Maria Helena Alencar – Eng.^o Agr.^o
Orlins Ferreira – Sociólogo
Ruy de Lima Ribeiro – Economista
Salem Rachid Asmar – Sociólogo

II. EQUIPE AUXILIAR

TÉCNICOS AUXILIARES EM CARTOGRAFIA

Estevão de Jesus Neves — Agrimensor
Gilmar Silva — Desenhista
José Resende Mendonça — Técnico em Cartografia

ENTREVISTADORES

Acy Marinho e Souza
Aécio Flávio Alves Marinho
Almerino José dos Santos
Altair Oliveira Santos
Ana Maria Pereira de Alencar
Amaro Paulino dos Santos
Anderson Lima Vieira
Antonio Joaquim Bastos da Silva
Áureo Luiz de Azevedo Brandão
Bernardino Oliveira Penna Júnior
Carlos Alfredo Boa Morte Brugni
Carlos Leonel Bonfim Lima
Clemilda Araújo Santos
Cristofer Santos Pacheco
Dalton Luiz Almeida
Daviel Tunes da Silva
Djalma da Silva Santos
Eduardo Celso Nader Almeida
Eduardo Oliveira Aragão
Eduardo Oscar D'El Rey
Edibaldo Fernandes de Souza
Eliene Veloso Guimarães
Ely Marinho e Souza
Fernando Augusto Correia de Carvalho
Fernando Candido Lindotte Garcia
Geraldo Miguel Cardoso Silva
Gerson Augusto da Silva Filho
Ginalva Xavier de Matos
Helena Santos Mendonça
Hernán Rojas Calvo
Horácio Correia de Menezes
Ione Carneiro Freire
Iranilda da Silva Patrocínio
Ivanise Luz Mendes
Jabs Santos Barreto
Jacira Alves Cardoso
João Carlos Nunes Filho
João Paulo Ribeiro
Jailson Matos Silva
Josenaldo Caldas Gonçalves
José Victor Pessoa
Josélia Amorim Soares
Kleber Antonio Torres de Moraes
Laércio Pinho Lima
Letícia Maria Muniz Cavalcante
Liane Maria Machado Borges
Lídione Maria Meireles Barbosa
Luiz Martoni Bertolo Caffé
Luiz Henrique de Silveira Halla
Luciano Magno do Nascimento Faria
Magneci Lopes de Barros
Marcus Vinicius Porto de Souza

Marivaldo Alves dos Santos
Marlise Irene Nascimento Reis
Maria Celia de Menezes
Maria de Lourdes dos Santos
Maria do Socorro Marques de Souza
Maria do Socorro Reis Leite
Maria Geuza de Souza Pontes
Maria Irenilda Oliveira Silva
Maria José Barreto dos Santos
Maria José do Nascimento Brandão
Maria Luíza Aboud
Maria Muniz Cavalcante
Mário Oliveira Nascimento
Milton Santos
Naira Cerqueira Gomes
Nilza São Pedro Soares
Og Robson de Menezes Chagas
Oswaldo Martins dos Santos
Otaldes Maria Oliveira Silva
Paulo Cunha Melo Ramos
Railda Andrade Correia
Reinaldo Costa Silva
Sebastião Correa Soares
Selma Maria Marins
Silvano Oliveira Nascimento
Simone Soares Netto
Telma Margarida de Carvalho
Téo Nilo Ferreira de Castro
Vera Lúcia Sales Soares

DATILOGRAFIA

Maria Bernardete de Oliveira Cezar (Secretária)
Maria das Graças dos Santos
Maria Isabel Rodrigues da Silva
Neuza Maria Lemos Santos
Raimunda Maria Silva
Rita Maria Pinto de Souza
Solange Modesto Kruchewsky

APOIO ADMINISTRATIVO

Edir Santos
Manoel Quirino dos Santos
Raimundo Borba
Railton Sales Ribeiro
Veraldo Lopes Diniz

MOTORISTAS

Antonio José dos Santos
Antonio Alberto Oliveira
Aroldo Cardoso França
Augusto Figueiredo
Dalto Pereira da Silva
Daniel Damasceno
Domingos Emanuel da Silva Freire
Gilberto Monti Carvalho

Gilberto da Silva Moura
Helenyton Inglecias de Fonseca
José Augusto Pedreira
José Farias Filho
José Herculano Silva
José Iran dos Santos
José Menezes Filho
Jones Gonçalves de Matos
Liselson Borges de Oliveira
Manoel Mota de Oliveira
Manoel Sá Botelho
Manoel Silva Araújo
Nilton da Conceição Gomes
Ruy Cardoso França
Sansão Alves de Lima
Sebastião Goulart Macedo
Wilson Moraes da Silveira

III. ASSESSORES

Brancolina Ferreira – IPLAN
Gilberto Paez – IICA
José Barrios – IICA
Juan Diaz Bordenave – IICA
Samuel Miragem – IICA

IV. TRABALHOS SOB CONVÊNIO

Estudo do Setor Público: Universidade Federal da Bahia (Departamento de Economia Aplicada).
Geologia Econômica e Recursos Minerais: Universidade de São Paulo.
(Instituto de Geo-ciências)
História Econômica e Social: Universidade Católica de Salvador
Hierarquia Urbana: Universidade Federal da Bahia (Instituto de Geo-ciências)
Relações de Produção: Universidade Federal da Bahia
(Departamento de Economia Aplicada)
Recursos humanos: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
(Departamento de Recursos Humanos)

V. REVISÃO EDITORIAL

Lúcia Thereza Lessa
(Contratada pelo IICA)

VI. CARTOGRAFIA

Obtenção de mosaicos semi-controlados de imagens de radar: Projeto Radam
Planejamento Cartográfico Final: Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.

VII. IMPRESSÃO

Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul S.A.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, denominado "Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira", que abrangeu 89 Municípios e 91.819 quilômetros quadrados, da cognominada GRANDE REGIÃO CACAUEIRA, representa um gigantesco esforço de vários anos, envolvendo centenas de técnicos e instituições colaboradoras, sob o comando da CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, do Ministério da Agricultura e do IICA – Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, da Organização dos Estados Americanos.

Quando autorizamos a sua elaboração em 1970, estávamos convencidos de que a região sul-baiana iria atravessar, nas décadas vindouras, período de pleno desenvolvimento, mercê, principalmente, das três grandes obras que compõem o tripé ali implantado pelo Governo Federal: a estrada BR-101, o Porto do Malhado, em Ilhéus, e a CEPLAC, constituindo-se esta em uma obra permanente como instrumento de mudança e modelar dos costumes de uma nova era para a região.

O Diagnóstico, em seus vários volumes e mapas, dentro do melhor índice possível de credibilidade, aborda aspectos de recursos naturais, humanos, econômicos e sociais da área.

Certamente, com a publicação deste trabalho, que honra a qualidade e a honestidade profissional do técnico brasileiro, o sul da Bahia, a partir de agora, diferentemente do passado, se alinha como uma das regiões mais estudadas do País, dispondo dos melhores dados e indicadores.

O sul da Bahia, podemos afirmar, em futuro muito próximo, será uma região policultora, com uma pujante pecuária e vários empreendimentos industriais, alargando a sua fronteira econômica e gerando um número cada vez maior de empregos e uma crescente melhoria de vida de sua população.

Aí estão, além do permanente fortalecimento do cacau, a se materializarem as iniciativas já sentidas da diversificação agrícola da área, dos grandes projetos do polo açucareiro e de reflorestamento, das novas indústrias de derivados do cacau, dos frigoríficos e das usinas de aproveitamento do leite, entre outros, planejados inclusive com o uso das informações geradas pelo Diagnóstico antes mesmo da sua publicação oficial.

O Diagnóstico e suas sugestões, que a CEPLAC e o IICA tentarão dinamizar em seguida à sua publicação, buscam indicar novas alternativas, orientar e disciplinar investimentos destinados aos setores público e privado, dando-lhes o suporte que se fizer necessário ao pleno uso das potencialidades da região, pretendendo-se implantar, ainda, um processo de revisão periódica dos seus principais dados, para a permanente atualização do documento.

A CEPLAC e o IICA, nesta oportunidade em que se sentem honrados em oferecer ao País este valioso acervo, agradecem a todas as entidades, técnicos e funcionários, e à própria população da área, sempre receptiva, pela cooperação que lhes foi prestada, sem a qual não seria possível alcançar o objetivo a que se propuseram.



José Haroldo Castro Vieira
Secretário-Geral

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, duas idéias sobre o futuro da sociedade adquiriram novos contornos e, se bem levem a conclusões distintas, constituem fonte de inquietações para todos aqueles que têm alguma responsabilidade na condução da coisa pública. Uma, a mais pessimista, preocupa-se, principalmente, com o extraordinário aumento da população no chamado Terceiro Mundo e com as conseqüências que poderão advir do fato de os recursos naturais estarem muito próximos ao limite do seu aproveitamento. Outra, não tão pessimista, considera que o potencial destes recursos ainda é de magnitude a permitir a alimentação de contingentes consideráveis de pessoas, desde que racionalmente utilizados. Evidentemente, esses dois enfoques levam a concepções distintas do planejamento da economia em geral e da agricultura como parte integrante da mesma; em qualquer hipótese, ressaltam a necessidade de uma ação planejada.

No caso específico dos países em desenvolvimento, entre os quais se situa o Brasil, o conhecimento da realidade econômico-social de sua agricultura adquire importância ainda maior, por diversas razões. Uma destas prende-se ao fato de que grande parte de sua população se dedica às atividades agropecuárias e de que os níveis de renda e, conseqüentemente, o nível de vida desta população são muito inferiores aos da que está ocupada nos outros setores da economia. Por outro lado, não se pode nunca esquecer que, nas condições atuais desses países, a agricultura desempenha papel estratégico para o crescimento de suas economias, no que se refere à transferência de recursos e como fonte de divisas, uma vez que a maior parte das exportações procede desse setor. A prioridade dada a um ou outro desses aspectos, obviamente, depende da orientação da política econômica.

No caso particular do Sudeste da Bahia, o seu desenvolvimento tem sido comandado, basicamente, pelo comportamento da cultura do cacau e da pecuária, acompanhadas de outras atividades de reduzida significação econômica, tais como: a exploração da banana, coco, madeira, dendê, piaçava, mandioca e seringa. Na realidade, o principal motivo que determinou a realização do estudo foi a vulnerabilidade da economia da região, que tem grande parte de sua área extremamente dependente da exportação de um produto primário — o cacau — sujeito às oscilações de seus preços no mercado internacional. Embora inserida num contexto mais amplo, o Estado da Bahia, o nível de atividade na área produtora acompanha de maneira muito próxima o desempenho de seu principal produto. Em outros termos, uma má colheita de cacau ou condições desfavoráveis de seus preços no mercado internacional têm, de imediato, reflexos negativos nos demais setores. Por outro lado, a rigidez da cacauicultura que, nas condições atuais de exploração, apresenta oferta inelástica a uma variação vantajosa de preços, impede que a área aproveite plenamente uma conjuntura favorável. O estudo abrangeu não só a área produtora de cacau, mas, também, outras circunvizinhas, em face da hipótese levantada no início do trabalho quanto às relações mantidas entre ditas áreas, em termos de fluxos de bens-e-serviços e fatores de produção.

Assim sendo, o Sudeste da Bahia, aqui definido, compreende uma área de 91.819 quilômetros quadrados, distribuídos por 89 municípios e sete micro-regiões homogêneas da FIBGE: Planalto de Conquista, Pastoril de Itapetinga, Tabuleiros de Valença, Encosta do Planalto de Conquista, Cacaueira, Interiorana do Extremo Sul, Litorânea do Extremo Sul e parte da de Jequié (10 municípios), com uma população residente de 1.977.410 habitantes em 1970. Esta região está localizada entre a linha da costa e o meridiano de 41°30' de longitude a oeste da Greenwich, e entre os paralelos de 13°00' e 18°15'.

AGRADECIMENTOS

A equipe responsável pelo Projeto Diagnóstico Sócio-econômico da Região Cacaueira agradece todo o apoio recebido, desde a etapa de planejamento à sua execução, à Secretaria Geral e Administração Regional da CEPLAC, nas pessoas dos Srs. José Haroldo Castro Vieira, Dr. Roberto Midlej e Dr. Paulo de Tarso Alvim, e à Direção do IICA, nas pessoas dos seus Representantes no Brasil, Dr. José Irineu Cabral (até fins de agosto/74) e Dr. Luis A. Montoya (atual).

1. Setores da CEPLAC

- Centro de Pesquisas do Cacao (CEPEC)
- Centro de Processamento de Dados (CPD)
- Departamento de Extensão (DEPEX) – Coordenação e Escritórios Locais.
- Divisão de Comunicação (DICOM)
- Divisão de Manutenção (DIMAN)

2. População entrevistada

- Cacaucultores
- Comerciantes
- Gerentes de Bancos
- Industriais
- Pescadores
- Presidentes de Sindicatos e de Colônias de Pesca
- Produtores Rurais
- Populações urbanas das cidades selecionadas para estudo de renda e consumo.
- Trabalhadores Rurais.

3. Instituições e/ou pessoas que cooperaram mediante cessão de técnicos, fornecimentos de dados e de cadastro, processamento de dados e outros serviços:

- Arleo Barbosa
- Associação Comercial de Ilhéus
- Banco Bamerindus do Brasil S.A.
- Banco Brasileiro de Desconto S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Estado da Bahia S.A.
- Banco Econômico S.A.
- Banco Itaú S.A.
- Banco Nacional S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Banco Real S.A.
- Biblioteca Central de Salvador
- Caixa Econômica Federal
- Chefes de Comunidades religiosas
- Clubes de Serviço
- Coletorias Municipais
- Companhia Bahiana de Pesquisa Mineral (CBPM)
- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA)
- Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM)
- Conselho Consultivo dos Produtores de Cacao (CCPC)
- Cooperativas de Crédito Rural
- Delegacias da Secretaria de Educação
- Delegacias de Terra
- Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
- Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA)
- Empresa de Crédito e Extensão Rural da Bahia (EMCERBA)
- Fundação Instituto de Geografia e Estatística (FIBGE)
- Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP)
- Grupo de Erradicação da Febre Aftosa da Bahia (GERFAB)

Com o conhecimento prévio que a CEPLAC acumulou em mais de três lustros de atuação de seus técnicos na área, partiu-se para a realização deste diagnóstico, com os seguintes objetivos::

- a) Inventariar a potencialidade de recursos naturais e sócio-econômicos;
- b) Analisar o uso desses recursos;
- c) Identificar os problemas responsáveis pela defasagem existente entre a sua potencialidade e o seu uso, com vistas a permitir o estabelecimento de medidas capazes de reduzir a vulnerabilidade da economia regional e assegurar um ritmo mais intenso e contínuo de desenvolvimento.

Determinados esses objetivos, o trabalho não poderia deixar de transcender os limites da agricultura e, de fato, foi o que aconteceu. Sob essa orientação, foram abordados os seguintes assuntos:

RECURSOS NATURAIS: Solos, Aptidão Agrícola, Uso Atual da Terra, Reconhecimento Climatológico, Hidrologia, Geologia Econômica e Recursos Minerais, Vegetação;

SÓCIO-ECONOMIA: História Econômica e Social, Recursos Humanos (População, Educação, Saúde), Processo Produtivo Agropecuário, Comercialização, Estrutura Agrária, Relações de Produção, Renda e Consumo, Pesca, Indústria, Setor Público, Hierarquia Urbana.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA REGIONAL

O trabalho "Distribuição da Renda Regional" apresenta resultados bastante expressivos no que tange à distribuição da renda e aos gastos efetuados com alimentação pela população urbana de onze cidades da área do Polígono do Diagnóstico.

Os critérios básicos que permitiram a escolha das cidades estudadas foram o tamanho absoluto da população urbana das sedes e a estrutura econômica de cada área.

Os dados aqui apresentados são indispensáveis para o planejamento regional e se constituem em valiosos subsídios para projetos de viabilidade econômica de empreendimentos agro-industriais ou de prestação de serviços.

O projeto inicial, de autoria do economista Hermino Ramos de Souza, foi o norteador, em grande parte, do esquema analítico utilizado pelos autores, sociólogo Orlins Ferreira e economista Emilie Almeida Nofal, que assumiram a responsabilidade da execução do trabalho a partir de agosto de 1974.



Antonio Manoel Freire de Carvalho
Coordenador do
Diagnóstico Sócio-econômico
da Região Cacaueira

- Ministério da Agricultura – Delegacias, Departamentos e Setores
- Ministério da Marinha – Capitania dos Portos da Bahia, Agências de Ilhéus e Belmonte
- Prefeitos dos Municípios da Região
- Fundação CPE e Departamento de Geografia e Estatística da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
- Sindicatos Rurais
- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)
- Superintendência de Campanhas de Saúde (SUCAM)

Demais instituições, e pessoas, cujo registro nos escapou, mas que, direta ou indiretamente, colaboraram na execução deste Projeto.

SUMÁRIO

VOLUME 12 DISTRIBUIÇÃO DA RENDA REGIONAL

ASPECTOS METODOLÓGICOS	1
1. Metodologia de coleta de dados	1
1.1. Seleção de cidades	1
1.2. Sorteio e contagem dos domicílios	1
2. Metodologia de análise	3
2.1. Os níveis de renda	3
2.2. Índices de concentração da renda	3
CAPÍTULO 1	
CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES	5
1.1. Aspectos demográficos	5
1.2. Aspectos econômicos	8
CAPÍTULO 2	
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E SERVIÇOS BÁSICOS	13
2.1. Consumo de energia elétrica	13
2.2. Abastecimento d'água	14
2.3. Rede de esgotos	14
2.4. Saúde	15
2.5. Educação	17
2.5.1. Ensino primário	17
2.5.2. Ensino médio	19
2.5.3. Ensino superior	20
CAPÍTULO 3	
DISTRIBUIÇÃO E NÍVEIS DE RENDA	21
3.1. Distribuição percentual da renda	21
3.2. Níveis de renda per capita segundo os decis	21
3.3. Níveis de renda per capita segundo as cidades	23
3.4. Níveis de renda familiar	23
3.5. Coeficientes de distribuição da renda	25
3.6. O consumo alimentar	25
3.7. Condições habitacionais	39
3.8. Ocupação da população de baixa renda	42
RESUMO	44
ANEXO 1 POPULAÇÃO E RENDA	47
ANEXO 2 CONDIÇÕES HABITACIONAIS	55
ANEXO 3 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO	69
BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA	73
AGRADECIMENTOS DOS AUTORES	74

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA REGIONAL

**Orlins Ferreira
Emilie Almeida Nofal**



ASPECTOS METODOLÓGICOS

As informações sobre distribuição da renda regional foram levantadas através da coleta de dados primários; as referentes à população, população economicamente ativa (P.E.A.) e atividades econômicas, por meio de dados secundários (Censo de 1970); os de infra-estrutura foram obtidos na COELBA (Companhia de Eletrificação da Bahia) e EMBASA (Empresa Brasileira de Saneamento).

Podemos dividir a metodologia em: Metodologia de coleta de dados e Metodologia de análise.

1. METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS

1.1. Seleção de cidades

Selecionaram-se 11 (onze) cidades do Sudeste da Bahia, tomando por base dois critérios: tamanho absoluto de população urbana das sedes dos municípios e base econômica da área em que está localizada. (Quadro 1)

QUADRO 1. População urbana e base econômica da área onde estão localizadas as cidades — 1970

Cidades	Base econômica da área	População urbana
Itabuna	— ¹	94.952
Vitória da Conquista	— ¹	84.346
Jequié	— ¹	64.745
Ilhéus	— ¹	66.037
Itapetinga	Pecuária	32.629
Valença	Diversificada	21.561
Ibicaraí	Transição	15.042
Coaraci	Cacau	13.832
Itamaraju	Madeira	12.215
Poções	Horticultura e pecuária	11.180
Itanhém	Pecuária	13.049

¹ Escolhida pelo critério do tamanho absoluto da população urbana da sede

FONTE: FIBGE — CENSO DEMOGRÁFICO — 1970

Através dos dados dos Censos de 1950, 1960 e 1970, fizeram-se estimativas para o número de domicílios para 1973, ano da pesquisa.

Ficou determinado que a amostra seria aleatória simples para cada cidade independente.

Não havendo à disposição da equipe do projeto Diagnóstico nenhum cadastro de domicílios, decidiu-se adotar um critério mais geral do que calcular o tamanho de amostra a partir da distribuição de uma variável piloto.

Como nas demais amostragens do Diagnóstico, tomou-se um tamanho de amostra que efetuasse uma redução razoável no desvio padrão da média amostral, em comparação com o desvio padrão da variável mesma, conforme a expressão:

$$\sigma(\bar{x}) = \frac{\sigma(x)}{\sqrt{n}}$$

onde:

$\sigma(x)$ = desvio padrão da variável x ;

$\sigma(\bar{x})$ = desvio padrão da média de x ;

n = tamanho da amostra, supondo-se população infinita.

O tamanho da amostra adotada foi $n = 441$. Isto significa que o desvio padrão da média amostral da

variável x será vinte e uma vezes menor que o desvio padrão de x :

$$\sigma(\bar{x}) = \frac{\sigma(x)}{\sqrt{441}} = \frac{\sigma(x)}{21}$$

o mesmo valendo para os coeficientes de variação respectivos. Portanto, se o coeficiente de variação da variável for de sessenta e três por cento (63%), o coeficiente de variação da média amostral será de três por cento (3%).

Adotando $t = 2$ (aproximadamente 95% de probabilidade) para um intervalo de confiança, teríamos um *erro relativo* que muda de variável para variável em função do seu coeficiente de variação.

Tomando-se por base o tamanho da amostra para a população infinita, fizeram-se as correções para as populações (finitas) de domicílios por cidade. Posteriormente, após a aplicação dos questionários em algumas cidades pequenas, esses números foram alterados, reduzindo-se o tamanho da amostra. Isto foi decorrência da observação de que havia para as cidades pequenas uma redução no coeficiente de variação da variável renda, uma das mais importantes. Nestas pequenas cidades, não se constata domicílios de altas rendas na mesma proporção em que os mesmos existem nas cidades maiores como Itabuna, Vitória da Conquista, Ilhéus, etc., isto devido ao fato dos grandes proprietários rurais dos municípios cuja sede é pequena tenderem a constituir domicílios nas cidades maiores, truncando a parte direita da distribuição de freqüência. (Quadro 2).

Ao final resultaram os seguintes tamanhos de amostras:

QUADRO 2. Tamanho das amostras das cidades selecionadas para a pesquisa urbana.

Cidades	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	
	Universo ¹	Amostra
Coaraci	2.893	388
Ibicaraí	2.820	391
Ilhéus	11.715	434
Itabuna	20.406	440
Itamaraju	2.302	369
Itanhém	1.480	342
Itapetinga	5.844	417
Jequié	13.886	435
Poções	2.192	371
Valença	4.410	407
Vitória da Conquista	17.190	438

¹ estimativa para 1973

1.2. Sorteio e contagem dos domicílios

Partindo das estimativas para o número de domicílios, construíram-se através do computador, tabelas de números aleatórios, uma para cada cidade.

Após gerar a série de números aleatórios, o computador colocava os números sorteados em

ordem crescente e dava a diferença entre cada par de números consecutivos, a fim de facilitar a contagem dos domicílios.

Uma vez chegando à cidade a ser pesquisada, o enumerador-contador escolhia uma trajetória de contagem, sempre do início ao fim da mesma rua, ou entre dois pontos de referência selecionados. Iniciando a contagem com a tabela de números aleatórios em ordem crescente, ele identificava cada domicílio sorteado para posterior entrevista.

Optou-se por esse processo de contar exaustivamente os domicílios de cada cidade selecionada, porque as estimativas baseadas nos Censos de 1950, 1960 e 1970 poderiam ser totalmente inválidas para aquelas cidades em que o Banco Nacional da Habitação (BNH), construiu grande número de moradias num período muito curto, a partir de 1970.

Quando o número de domicílios existentes era *menor* do que a estimativa, a amostra ficava reduzida na mesma proporção, dando pequeno defeito na série aleatória usada, o que foi por nós considerado aceitável.

Quando o número de domicílios era *maior* do que a estimativa, a tabela se esgotava antes do

término da contagem. Neste caso, o enumerador-contador saltava para um ponto arbitrário da mesma tabela e continuava a contagem até o total dos domicílios. Ficava então garantida a mesma proporção da amostragem.

O número de domicílios entrevistados em nenhuma cidade foi igual ao total de domicílios sorteados, pelas seguintes razões: a) alguns questionários foram aplicados e tiveram que ser anulados; b) alguns domicílios sorteados estavam vagos e c) outros domicílios tinham moradores com pouco tempo de residência na cidade, aos quais não se aplicaram questionários, sendo portanto consideradas chegantes aquelas famílias que tinham menos de 6 meses na cidade.

Devido ao fato do número de questionários não aproveitados ter sido muito baixo, isto não criou nenhum problema. Jequié caracterizou-se como a única cidade em que se pôde utilizar todos os questionários aplicados.

Para dar uma visão geral, o quadro 3 mostra o número de domicílios entrevistados (cada questionário corresponde a um domicílio), a população entrevistada, a Renda Anual Total (R.A.T.) e a Renda Anual Familiar (R.A.F.).

QUADRO 3. Renda Anual Total e Renda Anual Familiar de cada uma das onze cidades — 1973

Cidades	Número de domicílios entrevistados	População entrevistada	Renda Anual Total	Renda Anual Familiar
Itapetinga	260	1.508	6.160.867	22.903
Itabuna	397	1.975	7.387.214	18.608
Ilhéus	346	1.826	4.667.520	13.490
Itamaraju	184	1.061	2.076.048	11.344
Ibicarai	293	1.512	2.201.846	7.515
Itanhém	245	1.361	2.292.328	9.318
Coaraci	233	1.175	2.483.791	10.660
Poções	179	909	1.869.641	10.445
Jequié	355	1.864	3.981.903	11.217
Vitória da Conquista	403	2.158	4.726.921	11.729
Valença	283	1.398	2.511.624	8.875

A partir desses dados calculou-se o fator de expansão para as onze cidades, conforme se observa no quadro 4.

QUADRO 4. Fator de expansão

Cidades	Valor
Itabuna	56,34
Jequié	37,22
Vitória da Conquista	36,53
Ilhéus	32,37
Itapetinga	21,56 ¹
Valença	15,07
Itamaraju	13,19
Poções	11,83
Coaraci	10,61
Ibicarai	10,50
Itanhém	5,42

¹ Para o cálculo do fator de expansão de Itapetinga, usou-se a população estimada e não foi subtraída a quantidade de casas vagas, por falta de dados.

Em termos de método de cálculo do fator de expansão da amostra, a fórmula utilizada foi a seguinte:

$$F.E. = \frac{n^{\circ} \text{ de domic. contados} - n^{\circ} \text{ de domic. vagos} - n^{\circ} \text{ de domic. de chegantes}}{n^{\circ} \text{ de domicílios entrevistados}}$$

Como se pode observar, apenas em 71,99% dos domicílios sorteados foram feitas as entrevistas completas. Ressalta-se que apesar de 3.234 domicílios terem sido entrevistados, 1,45% desses questionários não foram utilizados para o estudo de Distribuição da Renda Regional, visto que faltava a informação essencial, qual seja a declaração dos rendimentos.

Vale ressaltar que os dados para este estudo foram levantados no ano de 1973, no período de fevereiro a novembro, ou seja, em cada cidade num período diferente do outro, o que nos traz alguns problemas em decorrência do aumento do salário mínimo. Nas cidades onde foram levantados

os dados antes de abril, a renda pode estar subestimada. Em Ilhéus e Itabuna, cidades vizinhas, existe uma diferença na renda de quase Cr\$ 100,00. No entanto, para Ilhéus foram coletados em abril e para Itabuna, em outubro.

2. METODOLOGIA DE ANÁLISE

2.1 Os níveis de renda

Neste estudo, adotaram-se as seguintes classes de renda *per capita* mensal:

Classe A – Menos de Cr\$ 25

Classe B – Cr\$ 25 a menos de Cr\$ 50

Classe C – Cr\$ 50 a menos de Cr\$ 100

Classe D – Cr\$ 100 a menos de Cr\$ 200

Classe E – Cr\$ 200 a menos de Cr\$ 400

Classe F – Cr\$ 400 a menos de Cr\$ 800

Classe G – Cr\$ 800 a menos de Cr\$ 1.600

Classe H – Cr\$ 1.600 a menos de Cr\$ 3.200

Classe I – Cr\$ 3.200 e mais.

Outro método utilizado para a estratificação da renda foi o dos decis; este era obtido dividindo os

domicílios entrevistados em 10 grupos uniformes, com as rendas anuais totais em ordem decrescente. Deste modo, pode-se analisar a renda por faixas, desde a primeira mais rica até a última, considerada a mais pobre.

Quanto ao cálculo da renda anual, talvez seja necessário salientar que para os rendimentos em valores diários, o multiplicador era de 240; para rendimentos semanais, 48 e finalmente para valores mensais, 12. Isto mostra que não se levou em conta, para os assalariados, o 13º salário, abonos, gratificações juninas ou natalinas, porque era impossível discernir aqueles que têm daqueles que não percebem estas vantagens.

Para o cálculo de despesas de consumo, o multiplicador semanal foi 52. Neste caso, não se usou multiplicador diário, pois o questionário trazia valores semanais ou mensais.

Dessa maneira, as estimativas iniciadas ficavam automaticamente corrigidas, servindo quase que exclusivamente para confecção das de números aleatórios.

Pelo quadro seguinte, pode-se verificar a situação final da pesquisa, em termos das amostras.

QUADRO 5. Tamanho da amostra e número de questionários aproveitados em cada cidade – 1973

Cidades	Domicílios						Questionários utilizados
	Contados	Entrevistados	Anulados	Vagos	Chegantes	Sorteados	
Coaraci	2.583	239	42	43	3	327	233
Ibicaraí	3.278	304	50	85	—	439	293
Ilhéus	11.390	351	49	27	—	427	346
Itabuna	21.949	398	74	71	19	562	397
Itamaraju	2.469	185	36	26	2	249	183
Itanhém	1.376	247	36	38	—	321	246
Itapetinga	—	271	—	—	—	417	269
Jequié	13.264	355	53	32	17	457	355
Poções	2.223	182	41	53	17	293	179
Valença	4.370	288	66	29	—	383	283
Vitória da Conquista	15.159	414	127	71	5	617	403
Total	78.061	3.234	574	475	63	4.492	3.187

OBS:

1 Não houve controle das características dos domicílios cuja entrevista não era conseguida. Deste modo, não se pode atualmente decidir se estes introduziram ou não alguma tendência em determinadas variáveis.

2 A partir de agora, quando se falar em domicílios entrevistados, trata-se apenas dos questionários utilizados.

A renda anual familiar foi obtida levantando-se todos os tipos de rendimento: salários, pensões ou aposentadorias, doações, vendas de objetos, vendas de imóveis, horas extras, etc.

2.2. Índices da concentração da renda

Neste trabalho, utilizaram-se três métodos de mensuração do grau de concentração da distribuição da renda.

1. O primeiro método foi o usado pela CODEPLAN para a pesquisa realizada para o Distrito Federal(4). Consiste, inicialmente, na utilização da função do tipo potencial $Y = A.X^D$ para a determinação da curva de distribuição da renda.

O grau de distribuição da renda ou "coeficiente de desigualdade de distribuição da renda" resulta então da seguinte expressão matemática:

$$\Sigma = \frac{\int_0^1 g(x) dx - \int_0^1 f(x) dx}{\int_0^1 g(x) dx}$$

onde $g(x) = x$ e $f(x) = A \cdot X^b$

No caso em que ambos os eixos do gráfico têm como limite máximo a percentagem acumulada 1,00, a área sob a bissetriz $Y = X$ tem o valor 0,5 e a expressão anterior (Σ) assume a seguinte forma simplificada:

$$\Sigma = \frac{0,5 - \int_0^1 f(x) dx}{0,5}$$

De acordo com este método, partiu-se para encontrar a função de distribuição de renda $Y = A \cdot X^b$ para cada cidade, mediante o uso de programas de computação. Posteriormente, foram calculados os coeficientes de desigualdade.

2. O segundo método foi o índice de Gini, conforme desenvolvido por Hoffman(5), que consiste em se obter um valor aproximado da área compreendida entre a curva de Lorenz e o eixo das abcissas, área essa que pode ser decomposta em um triângulo e $n - 1$ trapézios.

O valor aproximado da área de desigualdade é dado por

$$0,5 - \sum_{i=1}^n S_i$$

pelo fato da área do triângulo ABC ser igual a 0,5.

O índice de Gini é dado por

$$G = 1 - \frac{\sum_{i=1}^n S_i}{0,5} = 1 - 2 \sum_{i=1}^n S_i$$

representando S_i a soma da área de um triângulo mais as dos $n - 1$ trapézios.

3. O terceiro representa uma modificação no método de cálculo do índice anterior (índice P), também desenvolvido por Hoffman(5).

Este método apoia-se na regra de Simpson para a integração aproximada, que consiste em estimar

a área entre a curva de Lorenz e o eixo das abcissas, ajustando arcos de parábola. Tendo em vista os inconvenientes de utilizar estes arcos, conforme Hoffman, optou-se por utilizar arcos da função potencial $Y = aX^b$.

O índice P é dado por

$$P = 1 - \frac{\phi}{0,5} = 1 - 2\phi$$

representando ϕ o valor da área compreendida entre a curva de Lorenz e o eixo dos X, calculado segundo a regra de Simpson. Uma comparação entre os três índices revela o seguinte:

a) O "coeficiente de desigualdade de distribuição de renda" (Σ), no primeiro método, superestima a concentração, pelo fato da curva de distribuição da renda não se comportar perfeitamente de acordo com a função do tipo potencial, o que se verifica apenas nos últimos estratos, onde se percebe um aumento na área de desigualdade, passando a curva de Lorenz traçada com base nos dados empíricos acima da traçada com base na função $Y = A \cdot X^b$.

b) O índice de Gini (G) subestima a desigualdade real, pois não estão incluídas na área de desigualdade as áreas compreendidas entre a curva de Lorenz e a poligonal, cujos vértices são a origem dos eixos, e os pontos $(x_i; Y_i)$. Ao se substituir a curva de Lorenz pela poligonal, está-se admitindo que dentro dos estratos a renda seja igualitariamente distribuída.

c) O índice de Gini modificado (P) torna-se mais adequado para a mensuração da desigualdade, não apresentando os problemas nem do primeiro nem do segundo método. De qualquer forma, neste trabalho, são apresentados os resultados dos cálculos dos três, que servem para confirmar o acima exposto.

CAPÍTULO 1

CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES

1.1. Aspectos demográficos

A região Sudeste do Estado da Bahia (área objeto do Diagnóstico Sócio-econômico) constitui-se de 89 municípios que totalizam uma área de 91.819 quilômetros quadrados e uma população de 1.977.410 habitantes, em 1970.

Dos municípios que constituem a região Sudeste do Estado da Bahia, onze formam a amostra do presente trabalho, contribuindo com 21,83% para a formação da área total e 36,75% para a composição da população regional.

QUADRO 6. População residente (urbana e rural) dos municípios selecionados — 1970.

Municípios	Área (km ²)	População total	Densidade demográfica (hab/km ²)
Ilhéus	1.712	107.971	63,07
Itabuna	937	112.721	120,30
Ibicaí	285	26.152	91,76
Itapetinga	1.491	46.112	30,93
Itanhém	1.472	34.745	23,60
Itamaraju	2.783	63.938	22,97
Jequié	3.113	100.174	32,18
Coaraci	261	21.759	83,37
Poções	2.540	39.448	15,53
Valença	1.706	48.038	28,16
V. Conquista	3.743	125.573	33,55
Total	20.043	726.631	36,25

Fonte: FIBGE — Censo Demográfico da Bahia — 1970

Desse contingente humano, 59,12% estão distribuídos em áreas urbanas e 40,88% em áreas rurais, alcançando uma densidade demográfica de 36,25 habitantes por quilômetro quadrado. Dos municípios em estudo, Vitória da Conquista assume a liderança em área e população, destacando-se também os municípios de Itabuna, Ilhéus e Jequié. Valença, Poções, Itanhém e Itamaraju têm o grosso de suas populações em áreas rurais, percentual que em Itamaraju chega a atingir 80,90% de sua população. Itabuna apresenta a maior densidade demográfica e o oposto o município de Poções (Quadro 6).

Quanto à população urbana total, 51,21% reside nas sedes dos municípios referidos. A nível de região, esse contingente representa 56,78% da população residente nas sedes dos 89 municípios.

O aglomerado urbano de menor expressão populacional é o de Itanhém que, por sua vez, possui a maior parte da população em áreas rurais. O município que apresenta menor percentual de população na sede municipal sobre o total é o de Itamaraju, que por sua vez possui apenas 19,10% de sua população residindo em áreas urbanas. Ibicaí e Coaraci são os únicos municípios onde suas populações urbanas estão localizadas somente nas suas sedes municipais. O município de Itabuna destaca-se por ter o maior percentual de população total concentrada na sua sede municipal.

Os aglomerados urbanos de maior representatividade nesta área estão representados pelas cidades de Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié e Ilhéus (Quadro 7).

QUADRO 7. População total, urbana e residente nas sedes municipais — 1970

Municípios	População total	População Urbana			
		Total	2/1 em %	Na sede municipal	
				Total	4/1 em %
1	2	3	4	5	
Ilhéus	107.971	66.037	61,16	58.572	54,25
Itabuna	112.721	94.952	84,24	89.500	79,40
Ibicaí	26.152	15.042	57,52	15.042	57,52
Itapetinga	46.112	32.629	70,76	30.393	65,91
Itanhém	34.745	13.049	37,56	7.734	22,26
Itamaraju	63.938	12.215	19,10	10.674	16,69
Jequié	100.174	64.745	64,63	62.147	62,04
Coaraci	21.759	13.832	63,57	13.832	63,57
Poções	39.448	11.180	28,34	10.264	26,02
Valença	48.038	21.561	44,88	20.782	43,26
Vitória da Conquista	125.573	84.346	67,17	82.230	65,48
Total	726.631	429.588	59,12	401.170	55,21

FONTE: FIBGE — Censo Demográfico da Bahia — 1970

O total de pessoas com menos de 10 anos de idade representa 31,70% da população das onze cidades. Os componentes de 10 anos e mais representam 68,30%, sendo que 29,83% constitui a

População Economicamente Ativa (PEA) e 38,47% a Não Economicamente Ativa (NEA), como pode ser visto no Quadro 8.

QUADRO 8. Distribuição da população por idade nos municípios selecionados – 1970

Municípios	População total	População com menos de 10 anos		População com mais de 10 anos			
		Total	2/1 em %	PEA		NEA	
				Total	4/1 em %	Total	6/1 em %
1	2	3	4	5	6	7	
Ilhéus	107.971	33.146	30,70	32.638	30,23	42.187	39,07
Itabuna	112.721	33.851	30,03	35.863	31,82	43.007	38,15
Ibicaraí	26.152	8.148	31,16	7.687	29,39	10.317	39,45
Itapetinga	46.112	14.601	31,66	13.254	28,74	18.257	39,60
Itanhém	34.745	11.905	34,26	9.453	27,21	13.387	38,53
Itamaraju	63.938	22.840	35,72	18.101	28,31	22.997	35,97
Jequié	100.174	30.783	30,73	30.467	30,41	38.924	38,86
Coaraci	21.759	6.819	31,34	6.621	30,43	8.319	38,23
Poções	39.448	12.857	32,59	12.588	31,91	14.003	35,50
Valença	48.038	14.737	30,68	14.205	29,57	19.096	39,75
Vitória da Conquista	25.573	40.695	32,41	35.867	28,56	49.011	39,03
Total	726.631	230.382	31,70	216.744	29,83	279.505	38,46

FONTE: FIBGE – Censo Demográfico da Bahia – 1970 –

As taxas de participação definidas como a razão entre a PEA e a população total não apresentam grandes variações entre os diversos municípios selecionados da região Sudeste. A distribuição da População Economicamente Ativa pelos diversos setores da economia pode ser vista no quadro 9, onde se verifica que o setor primário absorve 47,61% da mesma, o secundário 13,18% e o terciário 35,24%, restando apenas 3,97% para aquelas atividades não identificadas.

Os municípios absorvem o maior percentual de

sua PEA no setor primário, devendo-se destacar que os de Poções, Itamaraju e Itanhém são os que alcançaram maiores volumes nesse setor. Os municípios de Ibicaraí, Itapetinga e Valença, além de absorverem grande parte da PEA em atividades do setor primário, destacam-se como absorvedores de mão-de-obra no setor secundário. Itamaraju tem como segundo setor maior absorvedor de mão-de-obra o terciário, representado especificamente pelas atividades de comércio e prestação de serviços.

QUADRO 9. Distribuição percentual da População Economicamente Ativa (PEA), segundo setores de atividades – 1970

Municípios	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Extração Vegetal, Caça e Pesca	Atividades Industriais	Serviços						Total
			Comércio e Mercadorias	Prestação de Serviços	Transportes, Comunicações e Armazenagem	Atividades Sociais	Administração Pública	Outras Atividades	
Ilhéus	44,97	12,46	9,16	14,47	5,71	4,96	3,60	4,67	100,00
Itabuna	25,62	17,28	15,42	21,19	4,98	4,98	3,71	6,82	100,00
Ibicaraí	51,37	14,68	11,28	10,99	2,42	3,50	1,86	3,90	100,00
Itapetinga	32,00	20,28	12,71	19,21	3,54	3,82	2,30	6,14	100,00
Itanhém	77,50	5,96	5,36	6,78	0,98	1,84	0,66	0,92	100,00
Itamaraju	78,60	5,38	5,49	4,99	1,55	0,92	0,26	2,91	100,00
Jequié	44,45	13,48	10,82	17,08	3,65	4,17	1,82	4,53	100,00
Coaraci	60,70	9,00	7,90	14,48	0,85	2,88	2,58	1,52	100,00
Poções	78,53	5,22	4,89	6,81	1,33	1,25	0,68	1,29	100,00
Valença	64,79	12,56	5,18	6,82	2,72	3,59	2,21	2,13	100,00
Vitória da Conquista	36,04	16,21	14,28	20,75	4,44	3,73	1,86	2,69	100,00
Total	47,61	13,18	10,55	15,07	3,69	3,69	2,24	3,97	100,00

FONTE: FIBGE – Censo Demográfico da Bahia – 1970

Nos demais municípios destaca-se, também, o setor terciário, sendo as atividades de maior relevância as ligadas à prestação de serviços.

Em termos de participação da mulher para a formação da PEA total, nota-se no quadro 10 que as mulheres alcançaram maiores percentuais nas atividades de prestação de serviços, naquelas do

setor primário e nas atividades sociais. Na prestação de serviços, as mulheres constituem acima de 10% das Populações Economicamente Ativas de seis cidades, merecendo destaque as de Itabuna (15,02%), Vitória da Conquista (13,29%) e Itapeitinga (12,97%). Nas atividades que constituem o setor primário, apenas no município de Poções é que as mesmas atingem a 14,07% da sua PEA.

QUADRO 10. Distribuição percentual da População Economicamente Ativa - PEA - por sexo, segundo setores de atividades - 1970

Municípios	Serviços												Total				
	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Extração vegetal, Caça e Pesca						Serviços										
	Atividades industriais		Comércio de mercadorias		Prestação de serviços		Transporte, Comunicação e Armazenagem		Atividades sociais		Administração pública			Outras atividades			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres			
Ilhéus	42,86	2,10	12,15	0,32	8,02	1,13	4,22	10,26	5,89	0,13	1,83	3,33	3,31	0,29	4,15	0,52	100,00
Itabuna	24,43	1,19	16,80	0,48	12,99	2,43	6,17	15,02	4,81	0,17	1,34	3,84	3,44	0,27	5,89	1,23	100,00
Ibicaraé	48,43	2,97	14,37	0,30	9,57	1,70	2,34	8,85	2,42	-	1,01	2,48	1,44	0,42	2,99	0,91	100,00
Itaperitinga	31,42	0,80	19,84	0,84	11,27	1,43	6,24	12,97	3,33	0,21	1,06	2,75	1,92	0,38	5,32	0,82	100,00
Itanhém	75,16	2,34	5,96	-	5,32	0,04	1,55	5,23	0,98	-	0,89	1,15	0,68	0,07	0,86	0,06	100,00
Itamaraju	79,06	2,86	5,34	0,04	4,97	0,52	1,48	3,43	1,55	-	0,30	0,82	0,26	-	2,51	0,40	100,00
Jequié	38,75	5,72	12,56	0,92	9,80	1,21	5,82	11,26	3,57	0,89	1,22	2,95	1,85	0,16	3,90	0,62	100,00
Coaraci	54,52	6,28	8,86	0,17	6,90	1,00	3,44	11,06	0,74	0,06	0,77	2,11	2,14	0,44	1,37	0,15	100,00
Poções	64,44	14,07	4,90	0,32	4,28	0,61	1,81	5,00	1,24	0,10	0,35	0,90	0,63	0,06	0,91	0,38	100,00
Valença	89,03	5,76	10,12	2,44	4,48	0,70	2,02	4,79	2,84	0,08	1,11	2,49	1,67	0,54	1,84	0,29	100,00
Vitória da Conquista	31,20	4,83	15,80	0,41	12,80	1,68	7,46	13,29	4,41	0,04	1,15	2,58	1,64	0,22	2,19	0,50	100,00
Total	43,65	3,96	12,82	0,56	9,22	1,33	4,70	10,37	3,80	0,09	1,10	2,89	2,00	0,24	3,35	0,62	100,00

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico de Bahia - 1970

1.2. Aspectos econômicos

O Valor Bruto da Produção (VBP) dos onze municípios pesquisados em 1970 alcançou um montante de Cr\$ 1.450.067.000,00, significando, portanto, cerca de 45,59% do VBP regional. O setor da economia que mais contribuiu para o valor da produção foi o terciário, destacando-se as atividades comerciais com 57,87% do total.

O setor primário que a nível regional participa com 57,55% do valor da produção, nesses municípios é o segundo em representatividade, gerando apenas 29,72% desse valor, contribuindo a agricultura com 7,87% e a pecuária com 21,85%. O setor secundário, representado pelas atividades industriais, contribuiu com 9,48% vindo, portanto, em terceiro lugar em ordem de importância (quadro 11).

QUADRO 11. Valor Bruto da Produção (VBP) nos municípios selecionados - 1970

Municípios	Agricultura ¹		Pecuária ¹		Indústria ²		Comércio ²		Serviços ²		Total
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
Ilhéus	66.648	15,49	7.365	1,74	64.522	15,22	276.396	66,20	9.974	2,35	423.905
Itabuna	14.804	6,90	9.967	4,64	9.893	4,61	169.882	79,12	10.153	4,73	214.699
Ibicaraí	5.415	25,72	3.736	17,74	448	2,13	10.906	51,79	551	2,62	21.056
Itaperinga	513	0,33	88.419	57,45	15.814	10,27	45.218	29,38	3.961	2,57	153.925
Itanhém	1.363	1,71	74.087	93,05	-	-	3.674	4,62	493	0,62	79.617
Itamaraju	6.961	12,01	34.678	59,83	459	0,79	14.870	25,66	983	1,71	57.961
Jequié	7.612	4,99	51.730	33,91	14.166	9,29	74.385	48,77	4.639	3,04	152.532
Coaraci	3.521	21,61	3.009	18,46	894	5,49	8.460	51,91	413	2,53	16.297
Poções	6.866	24,59	12.159	43,55	737	2,64	7.525	26,95	633	2,27	27.920
Valença	243	0,59	3.915	9,44	14.949	36,03	21.339	51,42	1.046	2,52	41.492
Vitória da Conquista	1.257	0,48	27.936	0,68	15.537	5,96	206.441	79,20	9.692	3,68	260.663
Total	114.203	7,87	316.901	21,85	137.419	9,48	839.096	57,87	42.448	2,93	1.450.067

FONTES: 1 Departamento de Geografia e Estatística da Bahia (DGE)

2 FIBGE - Cursos Industrial, Comercial e de Serviços - 1970

A nível de municípios, constata-se que em apenas quatro as atividades comerciais não representaram posição de destaque em relação às atividades do setor primário. Dentre os municípios onde as atividades comerciais tiveram primazia, nota-se que Ilhéus assumiu a liderança, devido ao movimento de vendas apresentado pelos estabelecimentos atacadistas.

No setor primário, os municípios podem ser agrupados segundo suas características agropecuárias. Sendo assim, Ilhéus, Itabuna, Ibicarai e Coaraci são municípios onde a agricultura é mais representativa do que a pecuária, enquanto Itapetinga, Itanhém, Itamaraju, Jequié, Poções e Vitória da Conquista são municípios onde há uma predominância quase absoluta da criação de gado. Valença, tido como um município mais diversificado na região, não dispõe de dados referentes a determinados cultivos tradicionais, tais como o cravo, o dendê, etc.

O setor secundário, apesar de ter atingido um percentual um pouco superior ao apresentado pelas atividades agrícolas, é ainda em sua grande parte constituído por indústrias artesanais e semi-artesanais, isto em razão de até bem pouco tempo a maioria dos municípios da região não dispor de infra-estrutura básica que permitisse a implantação ou ampliação do setor industrial. Ultimamente é que se nota, sobretudo nos aglomerados urbanos de porte médio, o surgimento dos distritos industriais de grande e médio portes.

Dos municípios pesquisados, Valença foi o que

recebeu a maior contribuição para a formação do Valor Bruto da Produção proveniente das indústrias aí instaladas, vindo, em seguida, Ilhéus, Itapetinga e Jequié.

A participação dos produtos agropecuários na formação do VBP nos mesmos onze municípios pode ser vista nos quadros 12 a 15, onde se verifica que, dos produtos de origem agrícola, o cacau e a mandioca foram os que mais se destacaram, o primeiro como principal produto de exportação regional e o segundo como um dos alimentos básicos na dieta da população. Desses municípios, apenas Itapetinga, Itanhém, Poções e Vitória da Conquista não apresentaram produção de cacau, visto não terem clima e solo apropriados para o cultivo desse produto. Itabuna e Ilhéus, reunidas, contribuíram com 82,47% da renda gerada pelo cacau. A renda proveniente do coco da Bahia é praticamente produzida pela região de Ilhéus (86,20%). Ressalta-se que a região de Itanhém, no Extremo Sul do Estado, contribuiu com 30,97% para o valor da produção de feijão, com 21,54% para a produção de arroz e com 48,14% para a produção de amendoim. A batata inglesa é produzida quase que exclusivamente nas regiões de Jequié (71,44%) e Vitória da Conquista (17,64%) enquanto a laranja e a mandioca têm uma forte participação na região de Poções.

As maiores contribuições para a formação do VBP no setor primário foram dadas pelos bovinos, suínos, e eqüinos, participando também com um percentual relevante a produção de aves e de leite.

QUADRO 12. Contribuição percentual dos principais produtos agrícolas na formação do Valor Bruto da Produção (VBP) nos municípios selecionados — 1970

Municípios	Total (100%)	Cane- -de- açúcar										Batata inglesa	Sisal	Amendoim Memona			
		Ceasu	Mandioca	Coco	Felício	Banana	Laranja	Arroz	Milho	Tomate	Borracha				Algodão		
Ilhéus	100,00	96,22	-	2,74	0,09	0,96	0,04	0,26	0,00	0,02	-	0,67	-	-	-		
Itabuna	100,00	97,60	0,91	-	0,06	0,40	0,46	0,31	0,05	0,01	-	0,20	-	-	-		
Ibicarai	100,00	79,81	1,77	2,07	3,32	0,44	1,99	6,92	1,11	2,57	-	-	-	-	-		
Itepetinga	100,00	-	25,71	19,28	17,75	5,79	0,37	7,01	10,94	13,15	-	-	-	-	-		
Itanhém	100,00	-	22,01	-	48,81	5,94	2,06	10,27	5,34	3,26	-	-	-	2,31	-		
Itamaraju	100,00	93,40	1,34	-	0,88	2,65	0,33	-	0,38	0,70	-	-	-	0,32	-		
Jequié	100,00	30,36	27,81	0,83	3,54	12,37	6,83	4,20	0,21	2,72	0,15	-	0,30	3,78	6,90		
Coaraci	100,00	84,51	3,98	0,40	3,62	3,48	1,39	0,95	0,07	0,84	-	0,64	-	0,10	0,02		
Poções	100,00	-	69,90	-	2,62	3,50	1,56	12,23	1,25	1,46	3,50	-	0,23	-	0,11	3,64	
Valença	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Vitória da Conquista	100,00	-	17,18	-	39,93	1,27	10,21	4,17	0,57	4,96	-	-	6,30	0,45	4,28	10,43	
Total	100,00	81,68	7,03	1,83	1,88	2,04	0,93	1,77	0,30	0,63	0,22	0,43	0,08	0,03	0,30	0,06	0,79

1 Não existem dados para os demais produtos

FONTE: Departamento de Geografia e Estatística da Bahia (DGE)

QUADRO 13. Contribuição percentual dos municípios na formação do Valor Bruto da Produção (VBP) por produtos — 1970

Municípios	Cacau	Mandioca	Coco	Feijão	Acúcar	Banana	Laranja	Arroz	Milho	Tomate	Borracha	Algodão	Batata Inglês	Sisal	Amendoim	Mamona
Ilhéus	66,99	-	86,20	2,91	27,05	2,55	8,57	0,96	1,81	-	89,40	-	-	-	-	-
Itabuna	15,48	1,68	-	0,38	2,55	6,41	2,30	2,29	0,29	-	6,03	-	-	-	-	-
Ibicaraí	4,63	1,20	5,36	8,38	1,03	10,18	18,60	17,75	19,49	-	-	-	-	-	-	-
Itaperitanga	-	1,64	4,74	4,25	1,28	0,18	1,79	16,61	9,45	-	-	-	-	-	-	-
Itanhém	-	3,74	-	30,97	3,48	2,65	6,94	21,54	6,22	-	-	-	-	-	48,14	-
Itamaraju	6,97	1,17	-	2,87	7,92	2,18	-	7,90	6,83	-	-	-	-	-	34,48	-
Jequié	2,48	26,36	3,02	12,55	40,44	49,02	15,87	4,81	29,03	4,53	-	-	71,44	84,21	-	57,93
Coaraci	3,19	1,74	0,68	5,93	5,26	4,61	1,67	0,71	4,14	-	4,57	-	10,92	-	1,33	-
Poções	-	59,78	-	8,38	10,30	10,11	41,66	25,30	14,00	95,47	-	16,35	-	-	11,46	27,59
Valença	0,26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vitória da Conquista	-	2,69	-	23,38	0,69	12,11	2,60	2,13	8,74	-	-	-	83,65	17,64	15,79	4,59
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Departamento de Geografia e Estatística da Bahia (DGE)

QUADRO 14. Contribuição percentual dos produtos pecuários na formação do Valor Bruto da Produção pecuária e avícola nos municípios selecionados – 1970

Municípios	Produção pecuária							Avícola		Total (100%)
	Bovino	Suino	Muar	Eqüino	Caprino	Asinino	Ovino	Leite	Aves	
Ilhéus	41,91	43,49	1,63	0,41	0,19	0,34	0,73	5,99	5,31	100,00
Itabuna	51,17	24,08	15,10	1,26	—	0,84	0,50	3,45	3,60	100,00
Ibicaraf	43,10	4,69	27,84	14,99	0,37	1,18	1,07	2,68	4,08	100,00
Itapetinga	63,46	12,25	2,17	3,48	0,12	0,40	0,12	17,11	0,89	100,00
Itanhém	52,19	41,34	1,82	1,21	0,08	0,40	0,13	2,16	0,67	100,00
Itamaraju	74,29	10,75	6,58	1,95	0,08	0,60	0,56	4,47	0,72	100,00
Jequié	70,29	6,88	2,90	2,03	2,84	1,56	1,89	9,46	2,15	100,00
Coaraci	50,77	13,23	27,81	1,05	0,31	0,32	0,56	1,23	4,72	100,00
Poçoões	45,37	30,01	3,22	3,91	4,11	0,35	3,15	5,76	4,12	100,00
Valença	55,32	21,87	6,60	8,35	0,11	1,83	0,24	0,99	4,69	100,00
Vitória da Conquista	74,90	12,64	2,92	5,12	0,92	0,74	0,44	1,88	0,44	100,00
Total	62,08	19,86	3,79	2,74	0,78	0,68	0,65	8,00	1,42	100,00

FONTE: Departamento de Geografia e Estatística da Bahia (DGE)

QUADRO 15. Contribuição percentual dos municípios selecionados na formação do Valor Bruto da Produção pecuária e avícola por criação – 1970

Municípios	Produção pecuária							Avícola	
	Bovino	Suino	Muar	Eqüino	Caprino	Asinino	Ovino	Leite	Aves
Ilhéus	1,57	5,09	1,00	0,34	0,57	1,17	2,63	1,74	8,69
Itabuna	2,59	3,81	12,53	1,45	—	3,90	2,41	1,36	7,99
Ibicaraf	0,82	0,28	8,66	6,45	0,57	2,05	1,95	0,39	3,39
Itapetinga	28,53	17,20	15,98	35,47	4,29	16,50	5,36	59,67	17,54
Itanhém	19,65	48,66	11,23	10,30	2,28	13,84	4,70	6,30	11,03
Itamaraju	13,09	5,92	18,98	7,79	1,19	9,74	9,41	6,11	5,54
Jequié	18,47	5,66	12,49	12,18	59,79	37,54	47,72	19,31	24,72
Coaraci	0,78	0,63	6,96	0,36	0,37	0,45	0,82	0,15	3,16
Poçoões	2,80	5,80	3,26	5,48	20,33	1,95	18,63	2,76	11,14
Valença	1,10	1,36	2,15	3,77	0,18	3,33	0,45	0,15	4,08
Vitória da Conquista	10,60	5,59	6,76	16,41	10,43	9,53	5,92	2,06	2,72
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Departamento de Geografia e Estatística da Bahia (DGE)

Buscando verificar a contribuição da PEA na formação do Valor Bruto da Produção, nota-se na Tabela 16 que, a nível de municípios como um todo, cada pessoa que a compõe gerou com seu trabalho cerca de Cr\$ 7,42. A nível de atividades específicas, constata-se que as relacionadas ao comércio de mercadorias atingiu a Cr\$ 36,70/pessoa, vindo em seguida as ligadas às atividades agropecuárias (Cr\$ 4,18/pessoa) e industrial (Cr\$ 4,81/pessoa). A razão dessa alta participação *per capita* apresentada pelas atividades ligadas ao comércio de mercadorias em relação às atividades agropecuárias, já foi explicada anteriormente, pois o setor primário, que a nível dos 89 municípios participa com 57,87% do valor bruto total, nesses onze atinge apenas 29,72%.

QUADRO 16. Contribuição da População Economicamente Ativa (PEA) na formação do Valor Bruto da Produção (VBP) – 1970

Setor	V.B.P.	P.E.A.	Contribuição <i>per capita</i> para formação do V.B.P.
	1	2	(1/2)
Agropecuário	431.104	103.191	4,18
Industrial	137.419	28.576	4,81
Comércio de mercadorias	839.096	22.862	36,70
Outros setores ¹	42.448	40.662	1,04
Total	1.450.067	195.291	7,42

¹ Prestação de Serviços, Transportes, Comunicação e Armazenagem, Atividades Sociais, Administração Pública e Outras Atividades.

CAPÍTULO 2 INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E SERVIÇOS BÁSICOS

2.1. Consumo de energia elétrica

De uma maneira geral, o consumo de energia elétrica nos municípios em estudo, à exceção do município de Valença, varia de acordo com o número de prédios existentes e com o poder

aquisitivo de sua população. Os municípios de Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié são responsáveis por 91,91% da energia total consumida, em relação aos demais municípios em análise, atendendo a 89,87% dos prédios e estabelecimentos dos diversos setores (ver quadro 17).

QUADRO 17. Consumo de energia elétrica nos municípios pesquisados acumulado até maio de 1976

Municípios	Setores												Total geral	
	Residencial		Comercial		Rural		Industrial		Poderes públicos		Iluminação pública			
	Consumidores	Kwh	Consumidores	Kwh	Consumidores	Kwh	Consumidores	Kwh	Consumidores	Kwh	Consumidores	Kwh		
Ilhéus	8.138	3.360,086	1.115	2.795,460	763	396,338	18	420,466	104	611,375	02	788,600	10.140	8.242,264
Itabuna	12.039	4.392,615	1.835	3.947,169	58	124,286	47	634,063	101	1.690,736	01	727,648	14.081	11.516,916
V. Conquista	9.317	3.008,655	1.749	2.518,086	26	121,467	23	204,829	69	688,040	01	988,496	11.186	7.526,472
Ibicaraé	1.181	338,664	283	171,749	128	48,090	03	24,090	45	13,138	01	76,600	1.641	670,231
Itapetinga	2.607	1.017,971	540	608,612	69	66,036	05	1,433,040	42	280,295	01	193,980	3.284	3.600,803
Popóles	619	180,110	141	129,460	02	5,795	13	136,797	01	137,805	776	568,987
Jequié	5.970	2.123,633	943	1.448,277	170	44,096	14	338,009	94	192,020	04	561,960	7.195	4.707,924
Coaraci	1.081	297,881	260	119,238	61	8,310	09	17,005	32	23,422	01	104,545	1.434	570,401
Itanhém	364	80,103	90	59,351	03	2,206	-	-	20	276,606	01	81,728	478	468,990
Itamarajó	561	185,335	264	577,500	-	-	-	-	15	50,636	01	21,750	841	835,320
Total¹	41.877	14.960,963	7.220	12.372,902	1.268	783,626	121	3.077,328	535	3.669,064	14	3.662,808	61.036	38.726,676

¹ Menos o município de Valença, por não consumir na época de pesquisa energia elétrica de COELBA.

FONTE: Companhia de Eletricidade do Estado de Bahia - (COELBA)

Distinguem-se os prédios residenciais e comerciais por reterem 70,56% do total de consumo de Kw-h e 96,20% dos consumidores dos dez municípios. Do número total de consumidores dos prédios residenciais e comerciais, 85,29% estão representados por casas residenciais e comerciais que consomem 54,72% da energia (Kw-h).

Quanto à distribuição do consumo de Kw-h pelos diversos setores nesses municípios, verifica-se que na sua maioria são utilizados para a iluminação de casas residenciais, notando-se exceções no município de Itamarajú, em que o consumo de energia é superior nos estabelecimentos comerciais, e em Itapetinga, na área industrial, pelo fato de possuir indústria de porte relativamente grande.

Na zona rural, o fornecimento de energia não é significativo; entretanto, o município de Ilhéus, quando comparado aos demais, destaca-se pelo elevado número de consumidores (60,17%) e de consumo (46,74%).

Com a criação de cooperativas de eletrificação rural em toda a região, é bem provável que seja ampliada a utilização da energia nos estabelecimentos rurais, não só para a iluminação das casas residenciais, como para a lavoura, seguindo o exemplo de outras propriedades rurais, principalmente do Sul do País.

Nos setores da indústria, poderes públicos e iluminação pública, ao se estabelecer a relação consumidores/consumo e comparando-se com os números totais dos municípios em análise, observa-se que é ínfimo o número de consumidores, da

ordem de 1,31%, e em contrapartida é elevada a utilização da energia, alcançando uma percentagem de 27,42%.

2.2. Abastecimento de água

A água utilizada para abastecer a população desses municípios é proveniente das inúmeras bacias hidrográficas existentes na região. A água é previamente submetida a um tratamento; contudo, nas cidades de Valença e Itanhém, a população utiliza água não tratada, constituindo-se esta um perigo para quem a consome, pois sabe-se que a maioria desses rios servem de receptores de esgotos e de detritos industriais.

Dos 94.316 prédios existentes nesses municípios, 58,04% estão sendo abastecidos pelos serviços de água que existem na região. Observando-se o quadro 18, tem-se que, numericamente, Vitória da Conquista abastece elevada quantidade de prédios em relação aos demais municípios; entretanto, Ilhéus tem se destacado pelo maior índice de prédios abastecidos em relação ao total do município, alcançando cerca de 69,46% e sendo acompanhado de perto pelos municípios de Vitória da Conquista, com 68,72%, e Ibicaraf, com 61,16%. Contrapondo-se a esse quadro, verifica-se que os municípios de Itamarajú e Poções apresentam-se com reduzida quantidade de prédios abastecidos, com cerca de 34,83 e 30,18%, respectivamente.

QUADRO 18. Abastecimento de água nos municípios pesquisados — setembro 1975

Municípios	Número de prédios abastecidos	Origem do manancial		Tratada		Distribuição		Extensão da rede (m)	Total
		Rio	Poço	Sim	Não	N.º	Capacidade m ³		
Ilhéus	8.516	X	—	X	—	3	7.850	59.588	12.260
Itabuna	12.647	X	—	X	—	3	9.450	145.000	22.299
V. Conquista	13.529	X	—	X	—	2	14.100	139.622	19.687
Ibicaraf	1.945	X	—	X	—	1	500	18.750	3.180
Itapetinga	3.415	X	—	X	—	1	1.350	27.640	7.193
Poções	804	X	—	X	—	1	750	12.534	2.664
Jequié	8.435	X	—	X	—	1	—1	63.639	14.615
Coaraci	1.179	X	—	X	—	1	500	17.445	3.115
Itanhém	668	X	—	—	X	1	500	15.210	1.891
Itamarajú	1.023	X	—	X	—	1	1.000	17.885	2.936
Valença	2.578	X	—	—	X	1	800	18.230	4.476

1 Sem informação

FONTE: Empresa Baiana de Saneamento — EMBASA

A capacidade em metros cúbicos apresentada pelos reservatórios nesses municípios, de uma maneira geral, varia com o tamanho da cidade e o número de prédios com ligação. Nota-se que, da capacidade total de água dos reservatórios dos municípios em estudo, 85,32% está limitada aos municípios de Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista. E Vitória da Conquista apresenta 44,90% da capacidade dos reservatórios de Itabuna e Ilhéus. Jequié não dispõe de informação quanto à capacidade de seus reservatórios.

Estes três municípios, acrescidos de Jequié, predominam em extensão da rede e representam 76,16% do total do abastecimento de água das cidades pesquisadas.

2.3. Rede de esgotos

A análise do sistema de esgotos de uma cidade é não só necessária, como prioritária, uma vez que através da mesma pode-se proteger a comunidade

contra doenças e defender o bem estar geral.

No estudo desenvolvido e a partir das informações disponíveis, constata-se que não há esgotos submetidos a tratamentos.

Os municípios de Ibicaraf, Itanhém, Itamaraju e Poções não possuem informações quanto ao número de prédios ligados à rede geral.

Em termos globais, constata-se que o esgota-

mento das instalações sanitárias está altamente servido pelas fossas sépticas e rudimentares, que representam 64,91% do total de prédios (Quadro 19). No entanto, apesar da percentagem expressiva de prédios conectados às fossas, verifica-se que os municípios de Itapetinga e Jequié diferenciam-se dos demais pelo maior índice de prédios ligados à rede geral, em proporções de 49,98 e 49,86%, respectivamente.

QUADRO 19. Instalações sanitárias nos municípios pesquisados

Municípios	Prédios esgotados pela rede		Prédios esgotados por fossas		Prédios esgotados por outros escoadouros		Total
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Ilhéus	1.840	20,31	5.931	65,48	1.287	14,21	9.058
Itabuna	2.350	22,86	6.330	61,58	1.599	15,56	10.279
Ibicaraf	—	—	1.148	62,70	683	37,30	1.831
Itapetinga	1.918	49,98	1.262	32,88	658	17,14	3.838
Itanhém	—	—	1.249	91,97	109	8,03	1.358
Itamaraju	—	—	1.503	84,25	281	15,75	1.784
Jequié	2.820	49,86	1.983	35,07	852	15,07	5.655
Coaraci	450	25,92	1.043	60,08	243	14,00	1.736
Poções	—	—	910	91,27	87	8,73	997
Valença	631	33,71	1.160	61,96	81	4,33	1.872
Vitória da Conquista	8	0,08	9.126	67,89	1.262	12,04	10.486
Total	10.017	20,49	31.735	64,91	7.142	14,61	48.894

FONTE: FIBGE — Censo Demográfico — 1970

No que concerne aos prédios servidos por outros escoadouros, seu número é reduzido, representando 14,60% do total de instalações sanitárias. Convém salientar que os despejos são escoados diretamente para os rios, lagoas, etc.

2.4. Saúde

Comparando-se a situação do setor saúde nos onze municípios estudados, evidenciam-se situações bastante diferenciadas em função das condições sócio-econômicas de cada unidade municipal.

A assistência hospitalar, considerada como a principal componente do setor saúde, necessita, para o bom desempenho de suas atividades, de um quadro de pessoal especializado e em quantidade adequada.

Nas áreas estudadas, os profissionais responsáveis por essa assistência encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Médicos	312
Dentistas	15
Auxiliares ¹	662
TOTAL	989

Existem na área estudada 42 estabelecimentos hospitalares e para-hospitalares, dos quais 76,2% são particulares, enquanto os demais são mantidos pelos governos federal e estadual. Evidencia-se a ausência total dos governos municipais nos programas de saúde nestas áreas (Quadro 20). Considerando-se os níveis de renda das populações destes municípios pode-se concluir que a grande maioria não tem acesso aos serviços hospitalares, uma vez que a rede oficial é insuficiente.

¹ Os auxiliares são representados por enfermeiras, farmacêuticos, assistentes sociais, técnicos de laboratório, nutricionistas, etc.

QUADRO 20. Número de estabelecimentos hospitalares e para-hospitalares nos municípios selecionados – 1970

Municípios	Estabelecimentos hospitalares e para-hospitalares					Total Geral
	Entidades mantenedoras				Área Particular	
	Área Oficial		Municipal	Paraestatal		
	Federal	Estadual				
Ilhéus	2	1	—	—	8	11
Itabuna	—	—	—	—	8	8
Ibicaraí	—	—	—	—	1	1
Itapetinga	—	—	—	—	3	3
Itanhém	—	—	—	—	—	—
Itamaraju	—	—	—	—	1	1
Jequié	1	3	—	1	4	9
Coaraci	—	—	—	—	1	1
Poções	—	—	—	—	—	—
Valença	—	—	—	—	2	2
V. Conquista	1	—	—	1	4	6
Total	4	4	—	2	32	42

FONTE: Anuário Estatístico da Bahia – 1972

Ao se analisar o quadro 21, vê-se que dos 1.158 leitos encontrados nos municípios estudados, 83,16 estão concentrados nas cidades de Ilhéus, Vitória da Conquista, Itabuna e Jequié, polos urbanos que apresentam maiores populações e exercem forte influência econômica e política na

região Sudeste do Estado da Bahia (área do Polígono do Diagnóstico). Considerando-se que tecnicamente é recomendável a existência de 4,5 leitos/1.000 habitantes, nota-se que o déficit atual é de 2.112 leitos, o que representa quase 65% do total desejado.

QUADRO 21. Distribuição de leitos por habitantes nos municípios selecionados – 1970

Municípios	População	Leitos existentes	Leitos necessários 4,5/1.000 hab.	Deficit de leitos	Relação leito/1.000 hab.
Ilhéus	107.971	322	486	164	2,98
Itabuna	112.721	203	507	304	1,80
Ibicaraí	26.152	41	118	77	1,57
Itapetinga	46.112	63	208	145	1,37
Itanhém	34.745	—	156	156	—
Itamaraju	63.938	12	288	276	0,19
Jequié	100.174	164	451	287	1,64
Coaraci	21.759	10	98	88	0,46
Poções	39.448	—	177	177	—
Valença	48.038	70	216	146	1,46
V. Conquista	125.573	273	565	292	2,17
Total	726.631	1.158	3.270	2.112	1,51

FONTE: Anuário estatístico da Bahia – 1972

Por outro lado, os municípios de Ilhéus e Vitória da Conquista são os que apresentam maiores disponibilidades de leitos para cada 1.000 habitantes.

Tomando-se em conta que a qualidade do atendimento nos estabelecimentos hospitalares pode ser avaliada, em parte, pela relação existente entre o pessoal auxiliar disponível e a disponibilidade de leitos, conclui-se que nos municípios estudados esta relação é de apenas 0,57 auxiliares para cada leito, quando o padrão normal seria de 2 servidores por leito. Somente o município de Jequié apresenta um índice superior a 1 auxiliar/leito, enquanto as menores relações são encontradas nas áreas de Ibicará, 0,17, e Valença, 0,29 (Quadro 22).

Sabe-se que a presença de determinados tipos de doenças contagiosas está diretamente relacionada com os baixos níveis de renda da população. Com efeito, observa-se no quadro 23 que de 1.606 casos de tuberculose, 46,6% foram constatados no município de Jequié (748 ocorrências), o que leva a considerar esta área como endêmica. Igualmente significativo é o número de casos de esquistossomíase (4.969), dos quais 75,6% ocorreram também no município de Jequié, enquanto as disenterias, doenças diretamente relacionadas com as con-

dições de saneamento básico, são observadas, com maior frequência no município de Itabuna.

Pode-se observar, pela ocorrência dos casos de ancilostomíase (15.225), que os municípios em questão podem ser considerados focos desta enfermidade, sobretudo Valença, com 50,2% dos casos, Jequié com 20,9% e Ilhéus com 16,6%.

QUADRO 22. Número de leitos e de auxiliares nos municípios selecionados — 1970

Municípios	Número de leitos	Número de auxiliares	Relação auxiliares/leito
Ilhéus	322	184	0,57
Itabuna	203	124	0,61
Ibicará	41	7	0,17
Itapetinga	63	24	0,38
Itanhém	—	—	—
Itamaraju	12	4	0,33
Jequié	164	171	1,04
Coaraci	10	6	0,60
Poções	—	—	—
Valença	70	20	0,29
V. Conquista	273	122	0,45
Total	1.158	662	0,57

QUADRO 23. Tipos de doenças ocorrentes nos municípios selecionados — 1970

Municípios	Doenças						Total
	Tuberculose	Esquistossomose	Disenteria	Ancilostomose	Gripe	Outras	
Ilhéus	199	614	—	2.537	—	1.247	4.597
Itabuna	280	35	1.890	1.050	2.100	1.302	6.657
Ibicará	94	29	178	77	85	224	687
Itapetinga	45	—	123	112	208	1.227	1.715
Itanhém	8	12	246	343	278	240	1.127
Itamaraju	—	—	168	50	230	153	601
Jequié	748	3.759	403	3.186	3.318	2.781	14.195
Coaraci	—	—	—	—	—	61	61
Poções	10	21	108	25	72	17	253
Valença	211	324	432	7.654	—	576	9.197
V. Conquista	11	175	580	191	—	128	1.085
Total	1.606	4.969	4.128	15.225	6.291	7.956	40.175

FONTE: Anuário Estatístico de Bahia — 1972

2.5. Educação

2.5.1. Ensino primário

Entre os anos 1968/70, os municípios estudados apresentaram um incremento, em termos do

número de matrículas no ensino primário, da ordem de 24,42%, destacando-se o município de Itanhém, que cresceu 136,8%, enquanto em Jequié e Poções o número de matrículas decrescia em 5,19% e 27,0%, respectivamente (quadro 24).

QUADRO 24. Número de matrículas e participação relativa de cada município – 1968/70

Municípios	Matrícula inicial						Crescimento %
	1968		1969		1970		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Ilhéus	8.102	12,89	12.431	16,52	13.037	16,67	160,91
Itabuna	11.861	18,87	12.675	16,84	12.710	16,26	107,16
Ibicaraí	1.544	2,46	2.055	2,73	2.276	2,91	147,41
Itapetinga	5.671	9,02	6.205	8,25	6.666	8,53	117,55
Itanhém	1.601	2,55	3.470	4,61	3.792	4,85	236,85
Itamaraju	1.818	2,89	1.903	2,53	2.126	2,72	116,94
Jequié	11.123	17,70	12.261	16,29	10.546	13,49	94,81
Coaraci	2.462	3,92	2.758	3,66	3.105	3,97	126,12
Poçoões	3.464	5,51	2.437	3,24	2.527	3,23	72,95
Valença	3.826	6,09	5.971	7,93	6.648	8,50	173,76
Vitória da Conquista	11.372	18,10	13.089	17,40	14.758	18,87	129,77
Total	62.844	100,00	75.255	100,00	78.191	100,00	124,42

FONTE: Anuário estatístico da Bahia – 1972

A relação média de alunos por unidade escolar foi, durante o período da análise, sempre crescente para os municípios de Ibicaraí, Itanhém, Itama-

raju, Coaraci, Valença e Vitória da Conquista, mesmo com a redução de unidades escolares verificadas em algumas áreas (Quadro 25).

QUADRO 25. Ensino primário – Número de alunos por unidade escolar – 1968/70

Municípios	1968			1969			1970			Crescimento	
	Alunos	Unidades escolares	Relação alunos/U.E.	Alunos	Unidades escolares	Relação alunos/U.E.	Alunos	Unidades escolares	Relação alunos/U.E.	Alunos 70/68	Unid. escolares 70/68
Ilhéus	8.102	78	103,87	12.431	99	125,57	13.037	97	134,40	160,91	124,38
Itabuna	11.861	220	53,91	12.675	167	75,90	12.710	190	66,89	107,16	66,38
Ibicaraí	1.544	21	73,52	2.055	22	93,41	2.276	20	113,80	147,41	96,24
Itapetinga	5.671	44	128,89	6.205	57	108,98	6.666	74	90,08	117,36	106,18
Itanhém	1.601	28	57,18	3.470	40	86,75	3.792	42	90,29	236,86	180,00
Itamaraju	1.818	13	139,85	1.903	13	146,38	2.126	13	163,84	116,94	100,00
Jequié	11.123	90	123,59	12.261	92	133,27	10.546	88	122,63	94,81	86,66
Coaraci	2.462	28	87,93	2.758	27	102,15	3.105	26	124,20	126,12	89,29
Poçoões	3.464	69	50,21	2.437	47	51,86	2.527	64	46,80	72,96	91,63
Valença	3.826	78	49,06	5.971	60	74,84	6.648	40	168,20	173,76	61,28
V. Conquista	11.372	124	91,71	13.089	136	96,96	14.758	146	101,76	129,77	116,94
Total	62.844	783	80,26	75.255	779	96,60	78.191	783	99,46	124,42	100,38

FONTE: Anuário Estatístico da Bahia – 1972

O Quadro 26 evidencia que a quase totalidade do ensino primário (89,6%) é custeado pelo setor público, sobretudo nos municípios de Itanhém, Itamaraju e Valença, onde este índice atinge 100%.

QUADRO 26. Ensino Primário — Número de estabelecimentos do ensino primário, segundo a dependência administrativa — 1970

Municípios	Públicos		Particulares		Total
	nº	%	nº	%	
Ilhéus	71	73,20	26	26,80	97
Itabuna	182	95,79	8	4,21	190
Ibicaraí	16	80,00	4	20,00	20
Itapetinga	64	86,49	10	13,51	74
Itanhém	42	100,00	—	—	42
Itamaraju	13	100,00	—	—	13
Jequié	81	94,19	5	5,81	86
Coaraci	22	88,00	3	12,00	25
Poções	52	96,30	2	3,70	54
Valença	40	100,00	—	—	40
V. Conquista	121	83,45	24	16,55	145
Total	704	89,57	82	10,43	786

FONTE: Anuário Estatístico da Bahia — 1972

Considerando que a grande maioria das unidades escolares encontra-se no meio urbano, pode-se deduzir que as populações de baixa renda e que estão no meio rural dificilmente têm acesso a este benefício social.

2.5.2. Ensino médio

A caracterização do ensino médio na área em estudo foi levada a efeito para o período de 1968 a 1970, não sendo possível, portanto, a utilização dos padrões fixados pela reforma do ensino, instituída pela Lei 5.692/71, que pressupõe a concepção de um nível profissionalizante. O presente trabalho analisa as categorias do ensino tradicional, constituído por dois ciclos que abrangem os ramos de ensino secundário, comercial, normal e outros.

Durante o período em estudo, apesar do crescimento do número de matrículas, em termos absolutos, registrou-se uma certa irregularidade no que diz respeito à participação relativa dos municípios no total de matrículas do nível médio, excetuando-se os municípios de Itanhém, Jequié, Poções, e Vitória da Conquista, que apresentaram, em 1970, uma participação superior de matrículas àquela verificada, em 1968.

QUADRO 27. Ensino médio — Número de matrículas e participação relativa dos alunos em cada município — 1968/70

Municípios	Matrícula inicial						Crescimento 68/70
	1968		1969		1970		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Ilhéus	3.015	16,23	3.282	16,15	3.675	14,79	121,89
Itabuna	4.779	25,73	5.240	25,79	4.986	20,06	104,33
Ibicaraí	698	3,76	769	3,78	874	3,52	125,21
Itapetinga	1.809	9,74	1.939	9,54	2.112	8,50	116,75
Itanhém	184	0,99	197	0,97	256	1,03	139,13
Itamaraju	161	0,87	176	0,87	204	0,82	126,71
Jequié	2.148	11,57	2.476	12,19	3.861	15,54	179,75
Coaraci	838	3,44	570	2,81	858	3,45	134,48
Poções	244	1,31	332	1,63	422	1,70	172,95
Valença	1.125	6,06	1.060	5,22	1.307	5,26	116,18
V. da Conquista	3.770	20,30	4.278	21,05	6.296	25,33	167,00
Total	18.571	100,00	20.319	100,00	24.851	100,00	133,82

FONTE: Anuário Estatístico da Bahia — 1972

Em termos absolutos, o número de matrículas do ensino médio cresceu 33,8%. Ao se comparar o número de matrículas dos cursos de nível médio e primário, observa-se que o acesso ao ensino de 1º e 2º ciclos é, relativamente, pequeno. Em 1968, o número de matrículas no ensino médio era apenas 29,55% do número de matrículas do nível primário. Em 1969, este valor decrescia para 27,0% e

em 1970 atingia 31,78%.

Levando-se em conta que 64,14% dos estabelecimentos de nível médio são particulares, e que a sua totalidade está localizada nas sedes dos municípios, pode-se concluir que somente as classes sociais com níveis de renda mais elevado têm acesso a esse tipo de curso (Quadro 28).

QUADRO 28. Ensino médio – Número de estabelecimentos segundo a dependência administrativa – 1970

Municípios	Público		Particular		Total
	n.º	%	n.º	%	
Ilhéus	14	38,89	22	61,11	36
Itabuna	17	27,87	44	72,13	61
Ibicaraí	—	—	14	100,00	14
Itapetinga	9	37,50	15	62,50	24
Itanhém	6	100,00	—	—	6
Itamaraju	6	100,00	—	—	6
Jequié	15	57,69	11	42,31	26
Coaraci	—	—	12	100,00	12
Poções	—	—	6	100,00	6
Valença	6	66,67	3	33,33	9
V. da Conquista	17	33,33	34	66,67	51
Total	90	35,86	161	64,14	251

FONTE: Anuário Estatístico da Bahia – 1972

2.5.3. Ensino superior

Com relação ao ensino superior, a análise não pode ser feita ao nível de todos os municípios estudados, uma vez que só se dispõe de dados relativos às áreas de Itabuna e Ilhéus, durante o período 1961/74, quando se observou que das 7.186 matrículas realizadas, as Escolas Superiores conseguiram formar apenas 1.123 profissionais, o que representa somente 15,6% do total de alunos matriculados. Atualmente (1976), o número de inscrições para o vestibular na Universidade de Santa Cruz, foi de 823, o que representa 3,3% do total de matrículas observadas no ensino médio em 1970.

QUADRO 29. Ensino superior – Total de matrículas, concluintes e taxa de evasão nas cidades de Ilhéus e Itabuna – 1961/1974

Cursos	Matrículas	Formados	Evasão %
Direito	1.823	176	78,00
Filosofia	931	176	65,31
Letras	1.467	250	66,12
Pedagogia	1.487	254	63,42
Estudos Sociais	796	186	57,79
Ciências	682	81	55,28
Totais	7.186	1.123	66,52

Fonte do cálculo percentual da evasão: Prof. Manuel Se-
meão da Silva – Univ. da Sta. Cruz – Ilhéus – 1975

CAPÍTULO 3

DISTRIBUIÇÃO E NÍVEIS DE RENDA

3.1. Distribuição percentual da renda

A distribuição percentual da renda nas cidades pesquisadas, segundo as frações da população, assemelha-se à de outras cidades do Nordeste¹,

verificando-se grande concentração nos dois últimos estratos mais ricos, destacando-se as cidades de Poções e Itapetinga que chegam a concentrar, 74,38% e 73,34% do total de suas rendas, respectivamente (Quadro 30).

QUADRO 30. Distribuição percentual da renda nas cidades estudadas, segundo decis — 1973

Municípios	Frações das famílias										Total
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	
Ilhéus	1,02	2,29	3,31	3,88	5,05	6,38	8,54	11,26	16,59	41,68	100,00
Itabuna	0,70	1,49	2,10	2,63	3,47	4,35	5,89	9,89	16,99	52,49	100,00
Ibicarai	0,66	1,61	2,10	3,00	3,92	4,76	6,04	8,97	15,65	53,29	100,00
Itapetinga	0,49	1,35	1,89	2,30	2,88	3,56	5,33	8,86	14,19	59,15	100,00
Itanhém	0,55	1,53	2,04	2,76	3,33	4,67	5,64	8,77	15,60	55,11	100,00
Itamaraju	1,04	2,14	2,76	3,30	4,16	5,76	7,46	11,09	17,57	44,72	100,00
Jequié	0,93	1,93	2,67	3,21	4,23	5,06	6,66	8,99	14,32	52,00	100,00
Coaraci	0,93	1,69	2,13	2,64	3,37	4,04	5,63	8,86	16,49	54,22	100,00
Poções	0,40	1,18	1,81	2,35	3,14	3,86	5,44	7,44	12,27	62,11	100,00
Valença	1,08	2,17	2,96	3,89	4,69	6,16	7,49	10,22	14,74	46,60	100,00
V. Conquista	0,68	1,65	2,25	3,02	3,86	5,00	6,73	9,60	16,07	51,14	100,00

Por outro lado, ao se considerar o Anexo 1, tabelas 5, 6 e 7, pode-se verificar que nestas cidades as classes de rendas mais altas (classes H e I) chegam a deter 38,59% da renda, no caso de Poções, com apenas 1,65% da população, enquanto em Itapetinga 2,59% da população dominam 41,46% da renda. Em contrapartida, em Poções, 14,08% da população detêm apenas 1,08% da renda total e em Itapetinga 5,61% chegam a deter apenas 0,30% da renda.

A nível de decil, observa-se no Quadro 30 que na cidade de Poções, as populações enquadradas nos dois primeiros níveis detêm apenas 1,58% do total da renda gerada.

Um dos importantes fatores que se pode associar à acentuada desigualdade na distribuição da renda nessas cidades é o do crescimento acelerado de suas populações, principalmente naquelas cidades consideradas de primeira categoria (Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista e Jequié), que são verdadeiros centros de atração de migrantes.

Nessas cidades, os serviços e equipamentos urbanos não acompanham o crescimento das suas populações, ocasionando o aparecimento de contingentes marginais, que vivem em função de eventuais prestações de serviços, onde o mecanismo de absorção dessa mão-de-obra tende a ficar entregue às condições criadas pelos mercados, sempre inferiores à oferta.

Nas cidades consideradas como de primeira categoria, a força de trabalho, devido ao seu baixo nível de instrução e de especialização, tende a aceitar as modestas remunerações que lhe são oferecidas, resultando como conseqüência baixos níveis de vida, preço pago para continuar ligada às atividades tipicamente urbanas e usufruir dos poucos serviços sociais a que tem acesso. Nas

demais cidades, essa força de trabalho dilui-se em atividades vinculadas ao setor primário.

3.2. Níveis de renda *per capita* segundo os decis

Nas cidades de Itapetinga e Ibicarai foram observados os valores extremos da renda média mensal *per capita*, com Cr\$ 325,30 e Cr\$ 110,28, respectivamente, ressaltando-se que as informações foram obtidas em outubro de 1973, para o caso de Itapetinga e em maio do mesmo ano, para Ibicarai. Destaca-se também no quadro 31 que a renda média mensal de Ibicarai corresponde a apenas 61,73% da média encontrada para as cidades estudadas (Cr\$ 178,79), enquanto que a renda média de Itapetinga atinge a 182,09% daquele valor.

A elevada dispersão entre as médias encontradas para as cidades estudadas reflete-se num afastamento padrão, que corresponde a 36,6% da média da distribuição, destacando-se que o maior coeficiente de variação foi observado no décimo estrato. Também é possível observar, na mesma tabela, os coeficientes de variação relativos às médias observadas para as frações das famílias de cada cidade, evidenciando-se em Itapetinga o maior coeficiente (168,97%).

Convém ressaltar, que, os baixos níveis de renda observados nas frações mais pobres da população, decorrem de uma variação muito grande em termos de valores que compõem cada decil. Por exemplo, na cidade de Ilhéus, os valores do primeiro decil mais pobre da população apresentam um coeficiente de variação da ordem de 158,87%; já em Itabuna, esse índice é de 142% e em Valença atinge a mais de 160%. (Quadro 32).

¹ Sobral, Fortaleza, Recife, Caruarú e Teresina

QUADRO 31. Níveis de renda per capita, segundo frações das famílias -- 1973 -- (em Cr\$)

Cidades	Frações da população										CV (%)	
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º		Média
Ilhéus	31,73	58,99	78,09	87,70	103,89	136,33	172,97	206,64	286,81	761,12	192,43	105,42
Itabuna	31,56	61,21	73,24	78,61	100,24	124,06	158,38	262,42	512,59	1.524,27	292,66	147,42
Ibicaraí	15,74	25,95	27,49	35,55	38,25	57,11	61,25	95,63	180,63	565,17	110,28	143,66
Itapetinga	27,00	49,61	60,27	67,43	101,86	132,59	171,21	270,69	426,16	1.946,20	325,30	169,86
Itanhém	12,77	27,55	31,49	40,50	52,57	59,94	69,10	114,68	161,10	610,34	118,00	169,72
Itamaraju	29,97	36,29	45,08	54,90	79,11	93,93	107,54	169,86	227,90	669,57	151,41	120,66
Jequié	28,52	45,00	54,32	55,44	67,84	87,90	104,68	142,14	203,13	837,64	162,66	141,62
Coaraci	31,64	24,54	45,50	45,88	52,09	68,60	88,33	127,38	260,47	837,44	159,19	147,80
Poções	10,88	24,25	33,25	40,69	48,44	62,68	80,69	126,00	189,28	912,83	152,90	168,97
Valença	24,09	48,23	56,83	56,55	71,73	83,78	86,63	149,54	164,10	633,26	137,47	123,95
Vitória da Conquista	22,51	34,65	42,78	57,71	71,75	86,48	104,36	147,67	263,72	812,26	164,39	137,54
Média (M)	24,22	40,57	49,85	56,45	71,62	90,31	109,56	164,79	261,44	919,10	178,79	143,01
CV (%)	30,72	30,32	31,57	27,46	30,48	30,56	34,86	19,84	41,05	44,44	36,56	—

QUADRO 32. Coeficiente de variação de renda *per capita* por decil e por cidade — 1973

Municípios	Frações da população									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
Ilhéus	158,87	116,15	176,65	92,31	54,40	71,34	77,02	79,55	79,41	86,01
Itabuna	142,14	100,10	150,74	119,48	124,11	148,68	119,72	131,40	99,38	132,24
Ibicarai	86,85	105,74	94,11	79,83	111,35	144,48	112,52	76,14	73,24	107,88
Itapetinga	138,55	71,54	81,70	60,69	60,48	108,37	136,13	45,85	115,92	45,02
Itanhém	100,23	93,50	87,65	150,89	155,22	121,35	96,73	128,85	64,02	331,28
Itamaraju	109,11	136,40	68,37	76,23	70,93	107,11	136,20	106,33	43,97	96,89
Jequié	109,57	82,02	96,74	70,94	68,37	102,23	68,95	72,89	100,36	115,28
Coaraci	100,73	168,73	122,26	169,18	116,59	81,47	79,47	143,52	56,26	45,92
Poções	92,19	97,61	95,79	46,40	88,98	125,73	176,65	110,89	76,75	233,66
Valença	162,14	99,34	108,66	73,56	91,40	65,71	128,48	96,20	136,66	108,10
Vitória da Conquista	99,81	95,79	114,75	81,77	110,47	55,97	99,92	77,82	11,95	81,00

3.3. Níveis da renda *per capita* segundo as cidades

A renda média das cidades estudadas foi da ordem de Cr\$ 195,29, o que representava tão somente 81,37% do salário mínimo previsto para estas cidades, que era de Cr\$ 240,00 (Quadro 33).

As cidades de Itapetinga, Itabuna e Ilhéus apresentaram valores bem superiores à média regional, enquanto em Valença, Itanhém, e Ibicarai, as rendas *per capita* estão muito aquém do valor médio.

3.4. Níveis de renda familiar

Os coeficientes de variação por decil e por cidades acham-se no Quadro 34, onde se nota que o comportamento dos mesmos é diferente do constatado a nível de renda *per capita*, alcançando uma variação acima de 100% nas cidades de Poções, Itapetinga e Jequié, no decil mais rico de suas respectivas populações.

Os níveis de renda familiar segundo frações da população podem ser vistos no quadro 35, onde se verifica que Itabuna e Ilhéus apresentam os maiores níveis de renda nos decis mais pobres, estando Poções em situação oposta, com uma renda igual a Cr\$ 34,44. As demais cidades aparecem com rendas bastantes variáveis.

Observando as populações classificadas no segundo decil mais pobre, verifica-se que a cidade de Ilhéus apresenta valor superior ao salário mínimo

regional e Itapetinga aproxima-se bastante do mesmo. Poções e Ibicarai somente no quinto decil é que conseguem atingi-lo, significando, portanto, que 40% das famílias entrevistadas nessas cidades tem um nível de vida bastante precário.

Os valores médios apresentados por Itapetinga e Itabuna correspondem a 7,93 e 6,51 salários mínimos, enquanto em Ibicarai aqueles atingem somente a 2,62 salários mínimos.

QUADRO 33. Renda *per capita* mensal, segundo as cidades pesquisadas — 1973

Cidades	Renda <i>per capita</i> mensal (Cr\$)
Itapetinga	340,45
Itabuna	311,70
Ilhéus	213,01
Vitória da Conquista	182,53
Jequié	178,02
Coaraci	176,15
Poções	171,40
Itamaraju	164,30
Valença	149,71
Itanhém	139,54
Ibicarai	121,35
Média	195,29

QUADRO 34. Coeficiente de variação por decil e por cidade (renda mensal familiar) – 1973

Cidades	Decil									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
Ilhéus	50,82	14,66	7,83	7,39	8,53	6,83	5,88	11,56	12,82	50,21
Itabuna	43,38	12,00	7,80	7,01	7,08	7,13	14,66	14,67	19,40	97,86
Ibicaraí	44,22	15,34	11,57	7,07	6,63	5,85	8,89	9,39	20,92	81,22
Itapetinga	59,44	15,03	6,71	7,95	7,03	9,71	11,63	15,41	14,83	156,03
Itanhém	40,49	14,89	7,54	7,67	7,74	8,51	8,84	13,80	17,50	96,26
Itamaraju	54,10	16,28	6,65	7,65	7,81	13,55	13,75	21,17	11,33	55,79
Jequié	43,17	12,95	6,17	5,78	7,57	4,99	8,75	12,53	15,36	114,35
Coaraci	45,07	6,30	7,51	5,80	5,02	7,77	9,60	17,44	29,55	37,85
Poções	63,53	15,32	10,02	5,49	8,65	8,09	7,88	11,33	20,64	127,12
Valença	43,40	15,09	6,02	6,72	7,02	7,61	4,73	9,30	18,07	52,99
Vitória da Conquista	43,75	15,81	6,05	10,62	5,23	7,82	8,79	10,02	20,61	48,84

QUADRO 35. Níveis mensais de renda familiar, segundo frações das famílias nas cidades selecionadas – 1973

Cidades	Frações das famílias (décimas)										Média	CV (%) M
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º		
Ilhéus	113,31	262,00	368,14	443,68	561,03	729,76	948,86	1.268,44	1.843,80	4.831,94	1.119,10	113,57
Itabuna	108,11	229,55	322,26	415,24	533,76	689,91	929,96	1.522,05	2.614,21	8.286,75	1.563,08	150,46
Ibicaraí	41,79	99,60	132,72	190,03	239,68	301,31	382,38	546,27	890,36	3.371,54	629,66	151,03
Itapetinga	94,00	257,24	359,37	437,02	547,05	703,77	1.014,59	1.684,30	2.699,02	11.244,71	1.904,11	188,16
Itanhém	44,18	116,80	162,71	210,60	266,04	357,24	449,17	606,78	1.191,72	4.210,72	767,79	155,15
Itamaraju	99,92	194,84	266,50	317,18	399,94	524,02	679,20	1.066,33	1.688,36	4.296,37	963,37	126,96
Jequié	85,56	182,56	245,97	304,11	390,10	479,70	613,53	862,83	1.320,36	4.930,12	940,48	146,12
Coaraci	83,92	145,36	191,90	237,39	290,83	363,85	506,96	764,26	1.483,54	4.879,02	894,70	154,79
Poções	34,44	102,39	157,00	203,45	271,79	353,97	470,71	644,00	1.062,09	5.375,56	867,54	176,37
Valença	80,87	161,93	221,24	280,80	360,95	444,90	599,99	737,37	1.101,82	3.482,95	742,28	129,04
Vitória da Conquista	66,97	162,85	221,39	288,96	380,30	480,93	632,68	922,02	1.582,31	5.038,02	980,54	144,51
Média	77,55	174,01	240,75	302,68	384,89	491,76	656,18	972,89	1.597,96	5.431,52	1.032,97	147,89
CV (%)	33,59	31,69	32,05	28,33	29,12	29,18	31,68	36,27	35,24	40,83	34,89	-

3.5. Coeficientes de distribuição da renda

Para a caracterização do grau de desigualdade na distribuição da renda familiar na área em foco, colocaram-se índices de concentração que se acham apresentados no quadro 36.

QUADRO 36. Índices de concentração da renda familiar — 1973

Cidades	Meses de pesquisa	Índices de concentração		
		Σ	G	P
Itabuna	out/nov	0,653	0,625	0,639
Ilhéus	fev/mar	0,536	0,520	0,532
Ibicarai	mai/jun	0,638	0,616	0,631
Itamaraju	maio	0,588	0,565	0,576
Itapetinga	nov/dez	0,690	0,662	0,679
Valença	jun/jul	0,562	0,545	0,560
Vitória da Conquista	ago/set	0,626	0,604	0,618
Poções	outubro	0,695	0,671	0,690
Coaraci	jun/jul	0,654	0,626	0,641
Jequié	set/out	0,607	0,589	0,603
Itanhém	abril	0,653	0,617	0,646

Tentando verificar a desigualdade existente na distribuição da renda familiar nessas cidades, observa-se que Poções foi a cidade que apresentou maior nível de desigualdade em termos de índice P, acompanhada de perto por Itapetinga, Itanhém, Coaraci e Itabuna. Ilhéus e Valença destacam-se como as cidades que têm a renda melhor distribuída.

Uma comparação do índice P das cidades da Região com o de outras cidades do Nordeste, indica que a concentração da renda regional é superior à daquelas cidades, cujo índice está no intervalo 0,40 — 0,55. (5)

A seguir, nos gráficos de 1 a 11, conhecidos por curvas de Lorenz, pode-se confirmar a concentração da renda na Região, conforme já revelada pelos índices acima referidos.

3.6. O consumo alimentar

Quando se pretende analisar no contexto regional a procura alimentar urbana, faz-se necessária a utilização de uma série de variáveis que venham a permitir a configuração real de sua estrutura alimentar. Simplesmente para esse trabalho, essa procura só poderá ser observada através da análise comparativa entre a renda e os gastos com alimentação.

A comparação entre a renda e os gastos com alimentação, na área urbana do Diagnóstico, mostra basicamente que as cidades pesquisadas formam grupos distintos quanto à proximidade de suas rendas, independente do tamanho e da estru-

tura econômica de cada uma. Assim, pode-se constatar que das onze cidades, Itapetinga e Itabuna destacam-se com renda *per capita* superior às demais, formando, portanto, o primeiro grupo. As famílias dessas cidades destinam, em média, cerca de 32,13% de sua renda à aquisição de alimentos. No grupo intermediário, do qual fazem parte as cidades de Ilhéus, Vitória da Conquista, Jequié, Coaraci, Poções e Itamaraju, os consumidores dispõem, em média, 39,35% de suas rendas com alimentos. Já no terceiro e último grupo, constituído pelas cidades de Itanhém, Ibicarai e Valença, essa proporção alcança um percentual de 46,50%. Deve-se salientar que essas percentagens estão associadas aos níveis de rendas médias dessas cidades.

Os dados apresentados nos quadros 37 a 47 mostram um padrão bem definido de relações engelianas¹, onde se constata que os grupos de pessoas mais pobres dessas cidades destinam um elevado percentual de suas rendas ao consumo alimentar. Na medida em que se observam os grupos de pessoas com renda mais alta, verifica-se que essa proporção tende a decrescer. Dentre os grupos de renda menor, constata-se que os componentes do primeiro e do segundo grupos, em quase todas as cidades ultrapassam a sua renda com despesas de alimentação.

O comportamento do consumo alimentar apresentado pelos dois primeiros grupos de baixa renda leva a pensar que algum elemento estaria sendo superestimado, visto que em outros estudos de renda e consumo para o Nordeste urbano, este fator apresentou-se de maneira completamente diferente.

Dentre as muitas hipóteses que poderiam ser levantadas, duas seriam, talvez, as que mais se aproximam da realidade. A primeira, e mais provável, é que os componentes desses grupos não tenham declarado todos os seus rendimentos, visto que, em parte, vivem em função de empregos ou trabalhos não estabilizados, o que torna difícil o equacionamento de suas rendas.

A segunda seria a incapacidade dessas pessoas de acumularem poupanças, devido às características de suas atividades, sendo obrigados a utilizar meios tais como a esmola para atenderem a suas necessidades alimentares. Isto estaria, em parte, explicado através dos dados que compõem a tabela 49, onde se observa que das ocupações exercidas pela população de baixa renda, os que vivem de doações e/ou esmolas, alcançam percentuais relevantes na maioria das cidades pesquisadas.

Em síntese, concluiu-se que nos centros urbanos estudados, é alto o percentual destinado ao consumo alimentar, nos grupos incluídos nas faixas de rendimento mediano, chegando a ultrapassar a receita nos setores mais pobres da população.

¹ De Ernest Engel (1821-1896), estatístico que primeiro formulou a lei de que à medida que cresce a renda, diminui a participação dos gastos com alimentação (5).

ILHÉUS

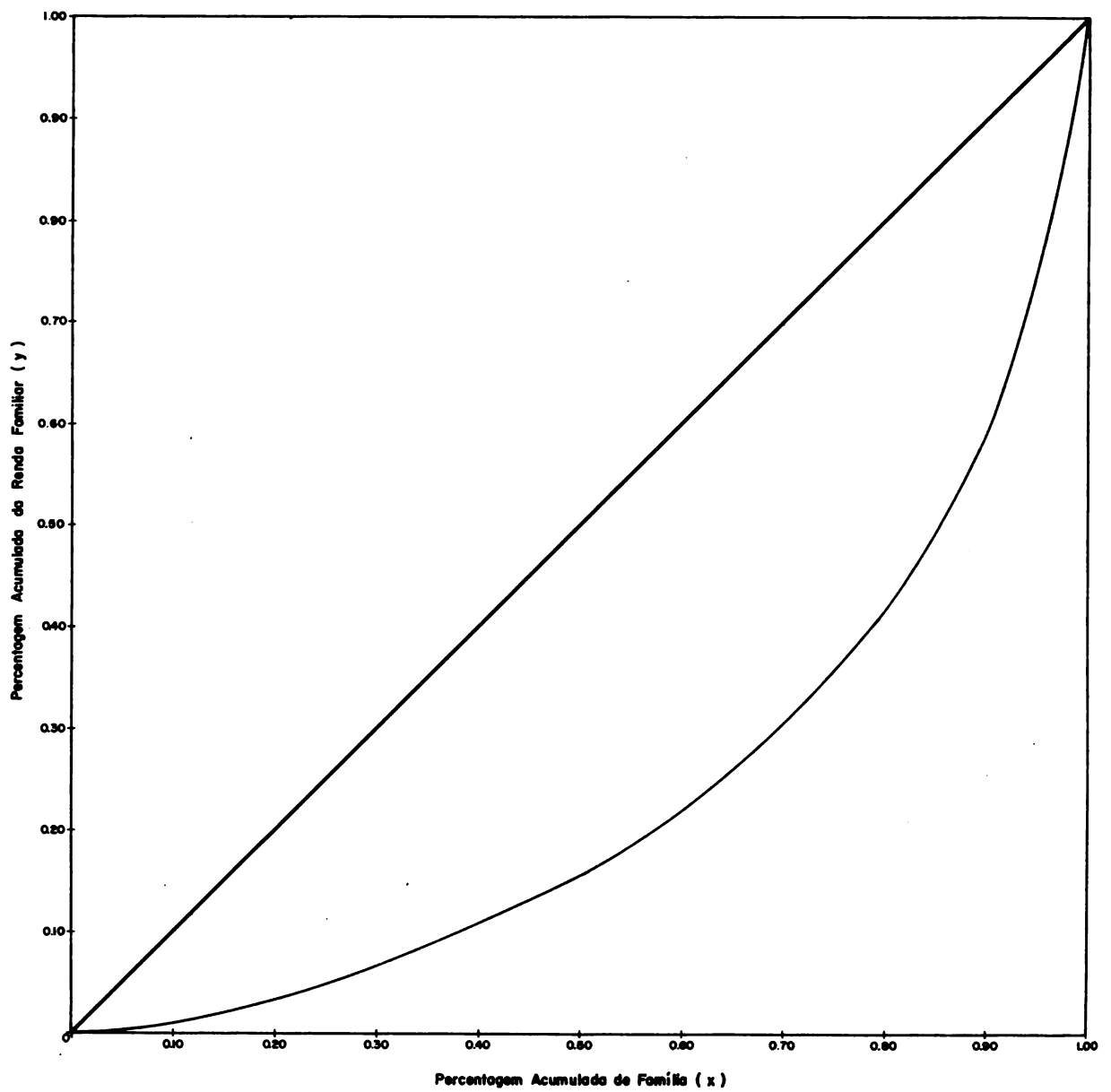


Gráfico - I. Função da Distribuição da Renda Bruta Familiar Mensal (Curva de Lorenz)

JEQUIÉ

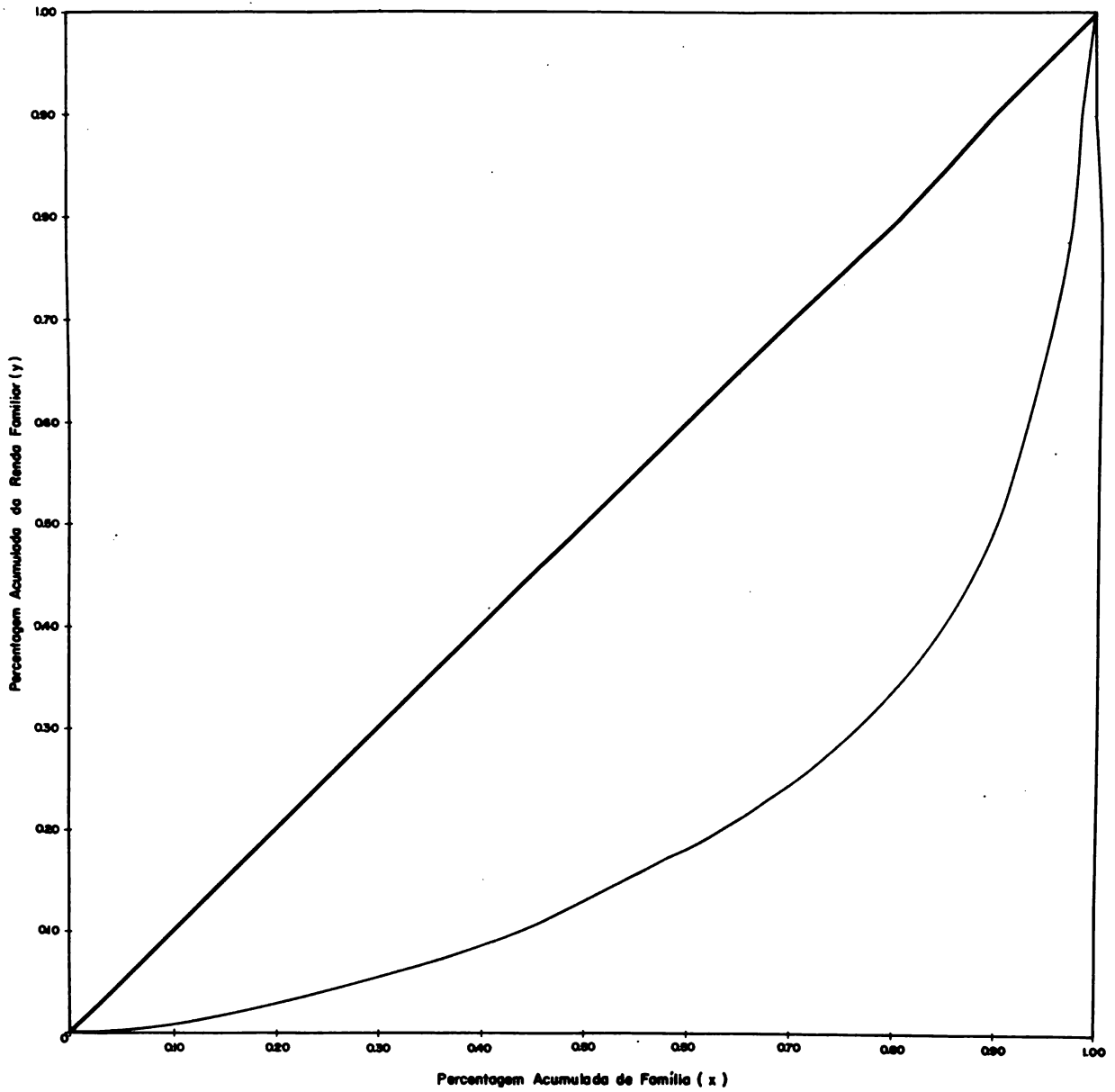


Gráfico-2. Função da Distribuição da Renda Bruta Familiar Mensal (Curva de Lorenz)

ITANHAEÍM

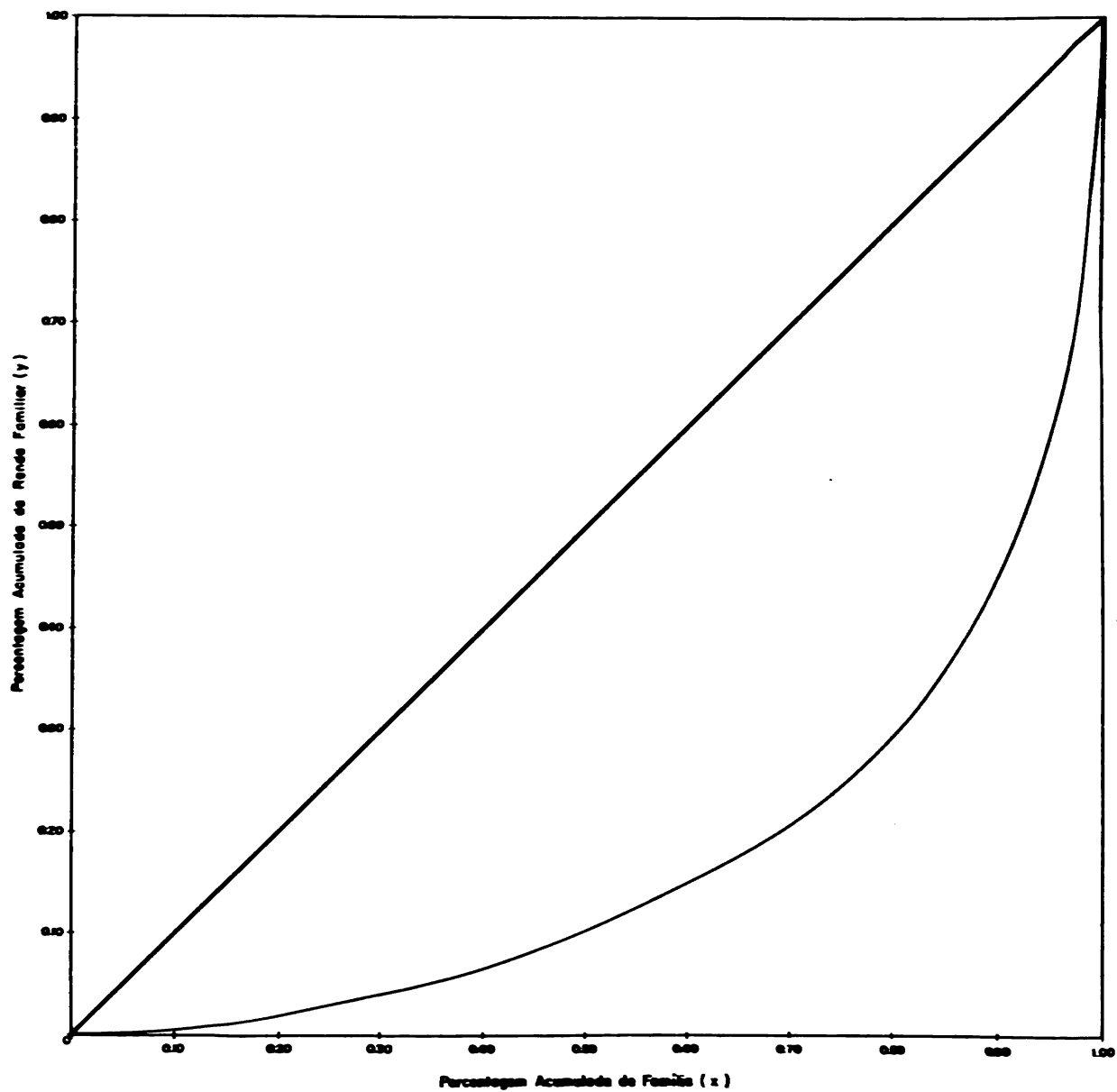


Gráfico-9. Função da Distribuição da Renda Bruta Familiar Mensal (Curva de Lorenz)

VITÓRIA DA CONQUISTA

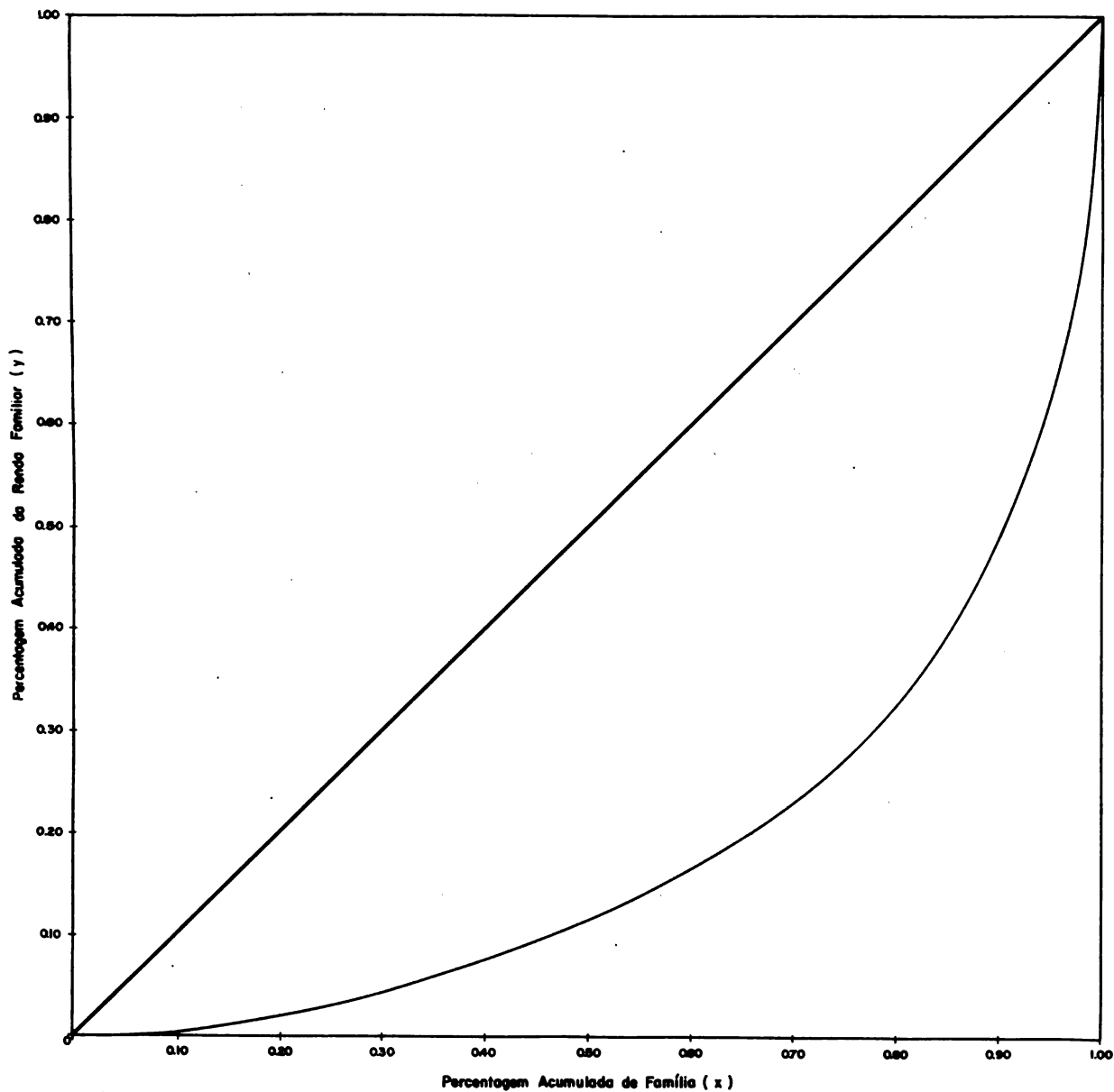


Gráfico-10. Função da Distribuição da Renda Bruta Familiar Mensal (Curva de Lorenz)

POÇÕES

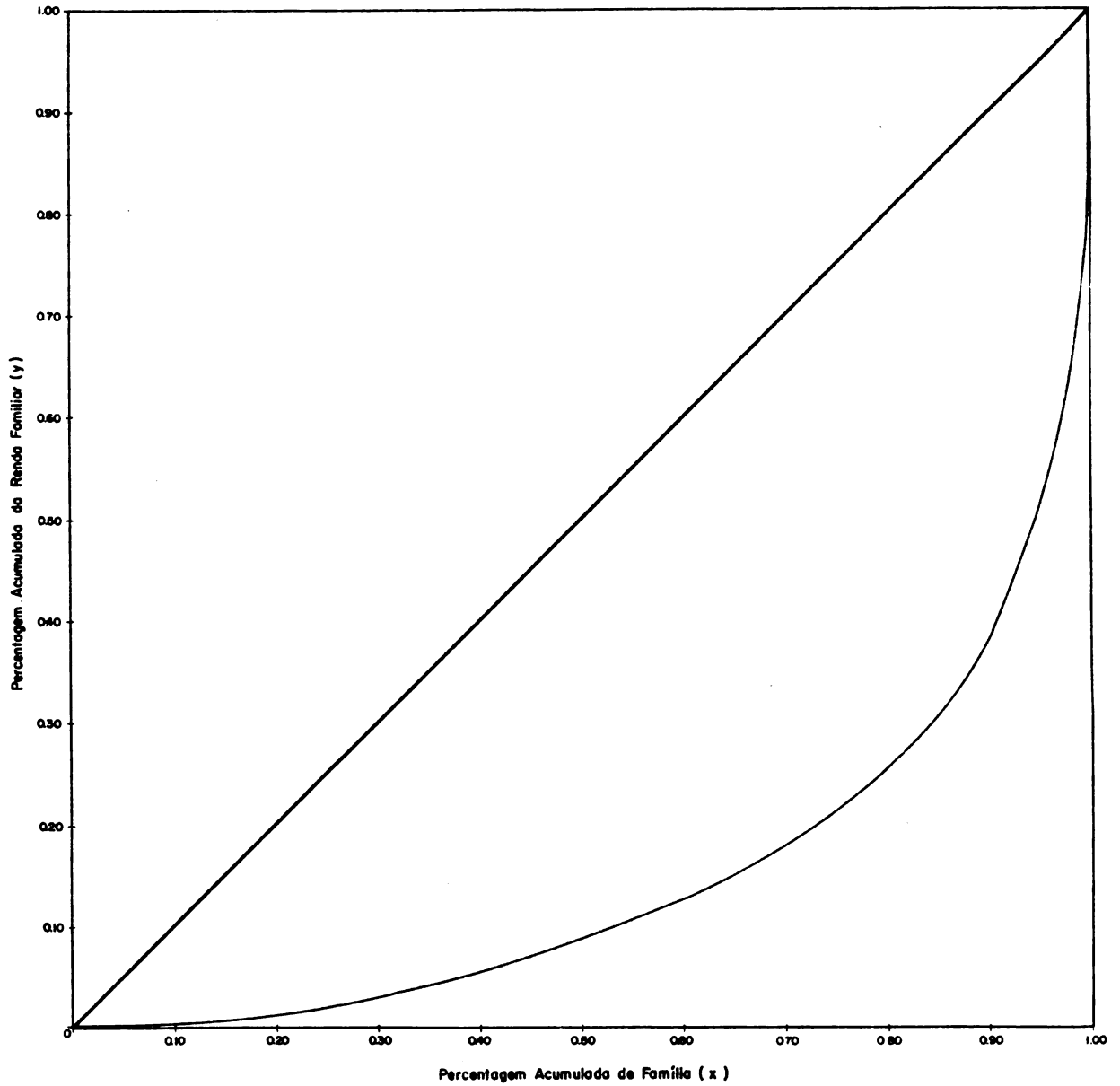


Gráfico-II. Função da Distribuição da Renda Bruta Familiar Mensal (Curva de Lorenz)

QUADRO 37. Renda e gastos per capita mensais com alimentação em Ilhéus por níveis de renda em Cr\$ 1,00 – 1973

Níveis de renda mensais	Número de famílias	Membros da família	Renda per capita mensal 1	Gasto per capita mensal 2	% dos gastos em relação à renda 2/1
Menos de 25	10	56	13,66	34,21	250,44
25 a menos de 50	35	242	36,74	42,59	115,92
50 a menos de 100	68	420	71,80	61,55	85,72
100 a menos de 200	102	565	138,28	82,49	59,65
200 a menos de 400	74	311	280,88	129,29	46,03
400 a menos de 800	38	154	566,27	208,24	36,77
800 a menos de 1.600	14	66	1.072,12	186,24	17,37
1.600 a menos de 3.200	5	12	2.141,67	281,61	13,15
3.200 a mais	—	—	—	—	—
Média da cidade	—	—	213,01	94,55	44,39

QUADRO 38. Renda e gastos per capita mensais com alimentação em Itabuna por níveis de renda em Cr\$ 1,00 – 1973

Níveis de renda mensais	Número de famílias	Membros da família	Renda per capita mensal 1	Gasto per capita mensal 2	% dos gastos em relação à renda 2/1
Menos de 25	12	73	15,27	24,17	158,28
25 a menos de 50	44	275	37,15	31,08	83,66
50 a menos de 100	94	579	73,09	52,27	71,51
100 a menos de 200	81	363	136,11	92,15	67,70
200 a menos de 400	78	333	272,10	148,39	54,53
400 a menos de 800	40	181	550,82	190,43	34,57
800 a menos de 1.600	32	121	1.078,38	284,06	26,34
1.600 a menos de 3.200	12	34	2.133,02	342,73	16,07
3.200 a mais	4	16	7.451,56	473,83	6,36
Média da cidade	—	—	311,70	107,98	34,64

QUADRO 39. Renda e gastos per capita mensais com alimentação em Ibicarai por níveis de renda em Cr\$ 1,00 – 1973

Níveis de renda mensais	Número de famílias	Membros da família	Renda per capita mensal 1	Gasto per capita mensal 2	% dos gastos em relação à renda 2/1
Menos de 25	59	368	17,84	24,31	136,27
25 a menos de 50	70	420	36,72	40,37	109,94
50 a menos de 100	66	279	68,03	57,06	83,87
100 a menos de 200	46	208	131,14	97,91	74,66
200 a menos de 400	31	139	270,11	108,75	40,26
400 a menos de 800	16	79	567,02	133,16	23,48
800 a menos de 1.600	3	11	990,91	139,56	14,08
1.600 a menos de 3.200	2	8	2.750,00	135,06	4,91
3.200 a mais	—	—	—	—	—
Média da cidade	—	—	121,35	59,81	49,29

QUADRO 40. Renda e gastos per capita mensais com alimentação em Itapetinga por níveis de renda em Cr\$ 1,00 – 1973

Níveis de renda mensais	Número de famílias	Membros da família	Renda per capita mensal 1	Gasto per capita mensal 2	% dos gastos em relação à renda 2/1
Menos de 25	16	85	18,21	39,74	218,23
25 a menos de 50	34	258	39,31	33,26	84,61
50 a menos de 100	58	346	71,53	54,20	75,77
100 a menos de 200	63	323	140,61	92,68	65,91
200 a menos de 400	40	236	275,54	140,29	50,91
400 a menos de 800	34	159	526,11	154,63	29,39
800 a menos de 1.600	15	62	1.128,80	312,35	27,67
1.600 a menos de 3.200	5	22	2.618,80	275,41	10,52
3.200 a mais	4	17	9.133,53	488,53	5,33
Média da cidade	—	—	340,45	100,83	29,62

QUADRO 41. Renda e gastos *per capita* mensais com alimentação em Itanhém por níveis de renda em Cr\$ 1,00 – 1973

Níveis de Renda mensais	Número de famílias	Membro da família	Renda <i>per capita</i> mensal 1	Gasto <i>per capita</i> mensal 2	% dos gastos em relação à renda 2/1
Menos de 25	42	260	16,38	22,30	136,14
25 a menos de 50	54	349	37,25	34,86	93,58
50 a menos de 100	60	317	70,92	58,34	82,23
100 a menos de 200	45	237	143,60	78,46	54,64
200 a menos de 400	28	132	262,58	94,03	38,59
400 a menos de 800	7	40	451,97	91,18	20,17
800 a menos de 1.600	6	18	1.011,11	223,31	22,00
1.600 a menos de 3.200	3	14	1.793,57	164,18	9,15
3.200 a mais	1	2	10.600,00	249,17	2,35
Média da cidade	—	—	139,54	56,93	40,80

QUADRO 42. Renda e gastos *per capita* mensais com alimentação em Itamarajú por níveis de renda em Cr\$ 1,00 – 1973

Níveis de renda mensais	Número de famílias	Membros da família	Renda <i>per capita</i> mensal 1	Gasto <i>per capita</i> mensal 2	% dos gastos em relação à renda 2/1
Menos de 25	13	92	19,05	27,56	144,87
25 a menos de 50	35	237	38,70	36,39	94,03
50 a menos de 100	39	244	67,96	48,59	71,50
100 a menos de 200	45	239	130,70	70,12	53,65
200 a menos de 400	32	158	279,53	105,52	37,75
400 a menos de 800	13	55	535,83	141,70	26,44
800 a menos de 1.600	4	19	1.083,68	130,36	12,03
1.600 a menos de 3.200	2	9	2.225,93	189,93	8,53
3.200 a mais	—	—	—	—	—
Média da cidade	—	—	164,30	64,99	39,55

QUADRO 43. Renda e gastos *per capita* mensais com alimentação em Jequié por níveis de renda em Cr\$ 1,00 – 1973

Níveis de renda mensais	Número de famílias	Membros de família	Renda <i>per capita</i> mensal 1	Gasto <i>per capita</i> mensal 2	% dos gastos em relação à renda 2/1
Menos de 25	16	85	16,50	15,48	93,82
25 a menos de 50	63	404	37,80	31,82	84,18
50 a menos de 100	107	585	68,34	55,03	80,52
100 a menos de 200	88	443	132,92	84,76	63,77
200 a menos de 400	45	211	268,33	110,95	41,35
400 a menos de 800	22	80	528,38	177,87	33,66
800 a menos de 1.600	7	24	1.081,87	269,55	24,91
1.600 a menos de 3.200	5	20	2.296,50	277,00	12,06
3.200 a mais	2	12	3.792,05	230,64	6,08
Média da cidade	—	—	178,02	73,14	41,08

QUADRO 44. Renda e gastos *per capita* mensais com alimentação em Coaraci por níveis de renda em Cr\$ 1,00 – 1973

Níveis de renda mensais	Número de famílias	Membros de família	Renda <i>per capita</i> mensal 1	Gasto <i>per capita</i> mensal 2	% dos gastos em relação à renda 2/1
Menos de 25	20	152	17,88	27,83	155,65
25 a menos de 50	46	302	37,42	42,56	113,74
50 a mais de 100	66	319	70,98	55,69	78,32
100 a menos de 200	42	145	142,06	78,74	55,43
200 a menos de 400	30	112	263,43	113,18	42,96
400 a menos de 800	15	83	581,94	126,45	21,73
800 a menos de 1.600	12	52	1.056,93	196,94	18,63
1.600 a menos de 3.200	2	10	1.695,60	208,12	12,27
3.200 a mais	—	—	—	—	—
Média da cidade	—	—	176,15	69,56	39,49

QUADRO 45. Renda e gastos *per capita* mensais com alimentação em Poções por níveis de renda em Cr\$ 1,00 – 1973

Níveis de renda mensais	Número de famílias	Membros de família	Renda <i>per capita</i> mensal 1	Gasto <i>per capita</i> mensal 2	% dos gastos em relação à renda 2/1
Menos de 25	26	128	13,10	19,52	149,01
25 a menos de 50	45	273	34,51	40,56	117,53
50 a menos de 100	40	219	65,88	55,84	84,50
100 a menos de 200	33	156	138,99	89,65	64,50
200 a menos de 400	18	76	271,19	131,81	48,60
400 a menos de 800	10	27	532,55	192,31	36,71
800 a menos de 1.600	4	12	1.054,51	173,12	16,42
1.600 a menos de 3.200	1	6	2.555,55	205,62	8,05
3.200 a mais	2	9	4.978,41	178,20	3,58
Média da cidade	—	—	171,40	66,35	38,71

QUADRO 46. Renda e gastos *per capita* mensais com alimentação em Valença por níveis de renda em Cr\$ 1,00 – 1973

Níveis de renda mensais	Número de famílias	Membros da família	Renda <i>per capita</i> mensal 1	Gasto <i>per capita</i> mensal 2	% dos gastos em relação à renda 2/1
Menos de 25	16	109	14,79	20,41	138,00
25 a menos de 50	46	279	39,85	41,46	104,56
50 a menos de 100	81	457	69,57	55,45	79,70
100 a menos de 200	79	323	135,38	92,98	68,68
200 a menos de 400	34	130	263,06	125,74	47,80
400 a menos de 800	14	58	527,14	169,02	32,06
800 a menos de 1.600	9	29	1.011,76	184,65	18,25
1.600 a menos de 3.200	4	13	2.076,46	211,21	10,17
3.200 a mais	—	—	—	—	—
Média da cidade	—	—	149,71	73,79	49,41

QUADRO 47. Renda e gastos *per capita* mensais com alimentação em Vitória da Conquista por níveis de renda em Cr\$ 1,00 – 1973

Níveis de renda mensais	Número de famílias	Membros da família	Renda <i>per capita</i> mensal 1	Gasto <i>per capita</i> mensal 2	% dos gastos em relação à renda 2/1
Menos de 25	27	176	16,20	23,93	147,72
25 a menos de 50	70	391	36,16	33,49	92,62
50 a menos de 100	123	694	70,10	50,59	72,17
100 a menos de 200	84	438	133,48	89,68	67,19
200 a menos de 400	48	224	277,09	115,63	41,19
400 a menos de 800	26	130	565,42	157,48	27,85
800 a menos de 1.600	19	81	1.003,17	206,98	20,63
1.600 a menos de 3.200	5	21	2.046,67	143,24	7,00
3.200 a mais	1	3	3.333,33	314,17	9,43
Média da cidade	—	—	182,53	78,58	40,31

3.7. Condições habitacionais

As condições habitacionais da população entrevistada nas onze cidades podem ser observadas através do quadro 48. Aí constata-se que a condição de ocupação dominante é a da casa própria, pois as médias apresentadas pelas cidades atingiram acima de cinquenta por cento (50%), vindo em segundo plano as casas alugadas e/ou arrendadas. A nível de classes de renda, nota-se que essa modalidade de ocupação faz, em algumas cidades, revezamento com as casas cedidas (Ver Anexo 2).

Em relação ao material utilizado nas construções dessas casas, o tijolo sobressai em relação aos demais, mesmo quando o seu proprietário pertence às classes consideradas de baixa renda. Para algumas cidades, como Jequié e Vitória da Conquista, o adobe substitui em grande parte os tijolos. Quanto ao tipo de cobertura utilizado, verifica-se que a telha de barro é a mais usada.

As fontes de abastecimento de água são as mais diversas, sendo que a cacimba e a estação de tratamento alcançam grandes percentuais em relação às demais fontes. Deve-se salientar que

principalmente nas classes de baixa renda, essas cacimbas vivem em verdadeira simbiose com fossas ou esgotos abertos, costumeiramente vistos nos bairros pobres das cidades da região. Itamarajú e Itanhém foram as cidades que apresentaram menores percentuais de casas com água encanada, e quanto aos vários tipos de esgotos sanitários, constata-se de uma maneira geral que as fossas equiparam-se aos esgotos, chegando a alcançar, em algumas cidades, condições de superioridade.

A energia elétrica é encontrada na maioria das casas dos entrevistados, apresentando-se Ibicaráí, Itanhém e Itamaraju com percentuais inferiores às demais cidades pesquisadas.

De uma maneira geral, é necessário que se faça algumas considerações quanto às condições de habitação apresentadas pelos componentes de algumas classes, principalmente daquelas consideradas de baixo poder aquisitivo. Individualmente, conclui-se que em todas as cidades, os entrevistados das três primeiras classes de renda mais baixa que possuem casa própria chegam a atingir altos percentuais. As posses dessas casas, que em sua grande maioria estão localizadas nas periferias das cidades, por setores de baixa renda da população, fato aparentemente paradoxal, dá-se de várias maneiras, tais como: a) no caso da casa ter sido adquirida pronta, seu preço pode ter sido baixo, dependendo da condição de posse do terreno e do material com que foi construída a habitação; b) quando o pretendente não dispõe de

condições financeiras para a compra de um desses imóveis, ou adquire um terreno por baixo preço, normalmente por direito de aforamento, e constrói a sua residência com o material disponível na área (palha, madeira, cipó, etc), ou invade áreas pertencentes à prefeitura e aí constrói sua habitação.

Um fato curioso é o elevado percentual de casas construídas com tijolos e telhas de barro, principalmente nas camadas da população de baixo rendimento, onde os níveis médios de renda *per capita* nem sequer superam a quantia de Cr\$ 100,00. Isto justifica a falta de conservação e a má distribuição de cômodos, assim como condições de higiene deficientes.

Levando-se em conta as formas de aquisição de casa própria acima referidas, soma-se o fato de que essa camada da população lança mão de um sistema de cooperação bastante difundido nessas cidades, que é o de reunir parentes e amigos para a construção das mesmas (mutirão). No caso específico de casas construídas com tijolos e telhas, utiliza-se a matéria-prima (barro) do próprio local, secando-se os produtos confeccionados à luz solar.

Em síntese conclui-se que o baixo nível de vida apresentado pelos componentes das frações mais pobres da população explicaria, por si só, as condições atuais dessas habitações, pois a maioria das mesmas se encontra muito abaixo do mínimo de decência compatível com as exigências da vida contemporânea.

3.8. Ocupação da população de baixa renda

As ocupações exercidas pelas pessoas de baixa renda, no período da pesquisa, são apresentadas no Quadro 49. Os dados que compõem a referida tabela indicam que aquelas ocupações vinculadas ao comércio ambulante (15,19%), trabalhos agropecuários (15,12%), lavagens de roupa (12,98%) e empregos domésticos (7,08%), absorvem boa parte das pessoas que formam este contingente humano. As atividades tidas como outras são as que obtiveram maior percentual (17,11%). Nesse grupo, salientam-se as atividades artesanais (produção de esteiras e vassouras), assim como a

britagem, a condução de canoas, a lavagem de carros e a vigilância noturna. Merece destaque também o número de pessoas que vivem em função de doações, destacando-se aí os esmoleres.

Pelas ocupações apresentadas, esse contingente populacional é, em parte, de origem rural e semi-rural. Ao chegarem às sedes municipais, não tendo oportunidade de galgarem melhores posições, estas pessoas vivem em função de ocupações menos rendosas que lhes apresenta o sistema. Alguns, como no caso dos 13,86% que continuam vinculados às atividades agropecuárias, passam a considerar essas sedes apenas como dormitório, continuando aí, supõe-se, na esperança de dias melhores.

QUADRO 49. Condição de ocupação dos entrevistados nas cidades selecionadas - 1973

Ocupações	Ilhéus		Itabuna		Itapetinga		Ibicaraí		Coaraci		Vitória da Conquista	
	A*	B**	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Lavagem de roupa	26,00	9,26	20,84	12,94	19,36	7,04	9,52	11,46	-	6,82	21,96	17,24
Emprego doméstico	-	3,70	8,33	12,94	12,90	0,88	7,14	6,87	4,54	2,27	7,32	6,04
Trabalho rural	-	1,86	-	9,41	9,68	7,04	27,36	22,90	27,27	26,00	12,19	2,89
Pequena agricultura	-	3,70	-	-	-	-	1,19	3,06	-	9,09	-	-
Direção de veículo	-	-	-	-	3,22	-	-	-	-	-	-	1,72
Funcionário público	-	5,56	4,17	4,71	-	5,63	1,19	1,53	-	2,27	-	3,45
Indústria geral/Mecânica	16,67	12,96	-	-	-	5,63	-	1,53	-	2,27	-	0,86
Blecinhas	-	-	-	5,86	6,46	1,41	7,14	1,53	9,09	-	4,88	6,90
Comércio ambulante	41,67	18,52	12,50	10,59	9,68	23,94	17,88	21,37	22,73	9,09	2,44	7,76
Mercenaria	-	5,56	-	1,18	3,23	2,82	1,19	0,76	-	-	2,44	-
Construção civil	-	3,70	-	2,36	-	4,23	2,36	7,83	4,54	2,27	2,44	6,04
Esmole	8,33	7,41	29,17	15,29	16,13	9,86	13,10	6,11	13,64	4,55	7,31	18,10
Aluguel	8,33	3,70	8,33	1,18	3,23	-	-	0,76	4,55	-	7,32	1,72
Vigilância	-	1,86	-	3,53	-	-	-	-	-	4,55	4,88	0,86
Aposentadoria	-	3,70	-	4,70	-	-	-	1,53	13,64	13,64	-	0,86
Costura	-	-	8,33	1,18	-	-	1,19	-	-	-	2,44	3,45
Outros	-	18,53	8,33	14,12	16,13	22,64	10,72	12,86	-	18,18	24,39	22,41
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

* Nível de renda mensal abaixo de Cr\$ 46,00

** Nível de renda mensal até Cr\$ 30,00

(continua)

QUADRO 49. Condição de ocupação dos entrevistados nas cidades selecionadas — 1973 (cont.)

Ocupações e Rendimentos	Valença		Poções		Itanhém		Itamaraju		Jequié		Total
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	
Lavagem de roupa	9,52	19,56	19,56	10,99	13,00	9,68	30,00	12,12	13,79	21,62	12,98
Emprego doméstico	4,76	10,94	6,52	4,40	8,00	3,23	—	6,06	10,34	9,01	7,08
Trabalho rural	—	7,81	17,39	18,68	17,00	21,50	15,00	27,27	3,45	3,60	13,87
Pequena agricultura	4,76	1,56	—	2,20	—	—	—	—	—	1,80	1,25
Direção de veículo	—	1,56	—	—	—	—	—	—	—	3,61	0,59
Funcionalismo público	—	1,56	—	2,20	3,00	3,23	—	—	—	0,90	2,21
Indústria geral/Mecânica	—	10,94	—	3,30	—	—	—	—	—	2,70	2,21
Biscates	—	9,38	4,35	5,49	4,00	1,07	10,00	1,52	6,90	6,31	4,28
Comércio ambulante	33,34	9,38	13,04	8,79	17,00	21,50	5,00	16,67	17,24	14,42	15,19
Marcenaria	4,76	4,69	4,35	2,20	—	3,23	—	1,52	3,45	3,61	1,99
Construção civil	—	3,12	4,35	5,49	4,00	4,30	5,00	9,09	6,90	2,70	4,28
Esmola	14,29	9,37	21,74	17,58	11,00	5,38	5,00	3,03	10,35	—	10,47
Aluguel	—	—	—	—	—	3,23	10,00	1,51	6,89	0,90	1,70
Vigilância	—	—	—	—	—	—	—	1,52	—	0,90	0,81
Aposentadoria	—	12,50	—	—	—	—	—	—	—	2,70	2,14
Costura	4,76	—	—	5,49	3,00	1,07	5,00	1,51	3,45	2,70	1,84
Outros	23,81	15,63	8,70	13,19	20,00	22,58	15,00	18,18	17,24	22,52	17,11
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

RESUMO

Este trabalho é parte integrante do Diagnóstico Sócio-econômico da Região Sudeste do Estado da Bahia, cujo objetivo principal foi o de verificar o comportamento de distribuição da renda em onze cidades que a compõem.

Do ponto de vista analítico destacam-se as seguintes áreas de verificação:

1º. Caracterização das cidades, quanto aos aspectos demográficos, econômicos e de infra-estrutura, relacionando-os na medida do possível com a distribuição da renda;

2º. Distribuição da renda, aspectos do consumo alimentar, condições habitacionais e ocupações das pessoas de baixa renda.

Quanto à primeira parte, ou seja, aspectos demográficos, econômicos e de infra-estrutura, constatou-se que:

a) As pessoas de 10 anos e mais representam 68,29% da população dos onze municípios nos quais estão inseridas as cidades estudadas, sendo que desse percentual 29,83% representam a população economicamente ativa (PEA).

O setor da Economia que absorveu maior percentual da PEA foi o primário, com 47,61% do total. As mulheres distinguem-se nas ocupações de prestação de serviços. Não obstante, constata-se no município de Poções grande percentual feminino nas atividades do setor primário;

b) O valor bruto da produção nesses municípios em 1970 alcançou um montante de Cr\$ 1.450.067.000,00, significando, portanto, cerca de 45,59% do valor bruto da produção regional. O setor terciário, representado pelas atividades comerciais, atingiu cerca de 57% dessa formação. O setor primário, que a nível regional participou com 57,55% do valor bruto da produção, nesses municípios é o segundo em representatividade;

c) A infra-estrutura dessas cidades foi analisada quanto ao consumo de energia elétrica, abastecimento d'água, esgotos, saúde e educação, ficando constatado que: o consumo de energia elétrica varia de acordo com o número de prédios existentes em cada cidade, como também com o poder aquisitivo de suas populações; a água utilizada para abastecer as populações dessas cidades é proveniente de rios, devido à existência de inúmeras bacias hidrográficas em toda a região, sendo que apenas duas cidades (Valença e Itanhém), na época da pesquisa, não ofereciam água tratada às suas populações; as redes de esgotos nessas cidades não são submetidas a tratamento, sendo que em termos globais o esgotamento das instalações sanitárias é servido pelas fossas sépticas e rudimentares, o que representam 64,91% do total de prédios existentes; o setor saúde nessas cidades é bastante diferenciado, em função basicamente das condições sócio-econômicas de cada uma. Nessa área existe um total de 989 profissionais que prestam assistência médico-hospitalar em 42 estabelecimentos hospitalares e para-hospitalares, dos quais 76,2% são particulares, enquanto os demais são mantidos pelos governos Federal e Estadual, evidenciando-se a total ausência dos governos municipais no programa de saúde de suas respectivas cidades.

Considerando-se os níveis de renda das populações estudadas, pode-se concluir que a sua grande maioria não tem acesso aos serviços hospitalares, uma vez que a rede oficial é insuficiente. A grande maioria dos leitos (83,16%) hospitalares se encontra nas cidades de Ilhéus, Vitória da Conquista, Itabuna e Jequié, polos de grande concentração populacional. Tecnicamente é recomendável a existência de 4,5 leitos/1000 habitantes, o que não ocorre nessas cidades, que apresentam um déficit atual de 2.112 leitos, ou seja, quase 65% do total desejado. A qualidade do atendimento nos estabelecimentos hospitalares e para-hospitalares pode ser avaliada, em parte, pela relação entre o pessoal auxiliar existente e a disponibilidade de leitos. Para as cidades acima, a relação é de apenas 0,54 auxiliares por leito, sendo que somente em Jequié é que a mesma atinge 1 auxiliar/leito. Constata-se nessas áreas a presença de determinados tipos de doenças contagiosas, que estão relacionadas diretamente com os baixos níveis de renda da população.

Dos 1.606 casos de tuberculose, 46,6% foram constatados em Jequié, o que leva a considerar essa cidade como endêmica. Igualmente significativo é o número de casos de esquistossomose aí constatados. As doenças diretamente relacionadas com condições de saneamento básico são observadas, com maior frequência em Itabuna, Valença, Jequié e Ilhéus, que podem ser consideradas como áreas focos de ancilostomose.

O setor educacional é representado nestas cidades pelo ensino primário, médio e universitário. O ensino primário, no período de 1968/70, apresentou um incremento em termos do número de matrículas da ordem de 24,42%, destacando-se neste ponto Itanhém, que cresceu 36,8%, enquanto Jequié e Poções decresceram em 5,19% e 27% respectivamente. A relação média alunos/unidade escolar foi, durante o período da análise, sempre crescente nas cidades de Ibicaraf, Itanhém, Itamaraju, Valença e Vitória da Conquista, mesmo com a redução de unidades escolares verificada em algumas áreas. O ensino primário em sua quase totalidade é custeado pelo setor público, principalmente em Itanhém, Itamaraju e Valença, onde este índice alcança 100%. Estando a maioria das unidades escolares no meio urbano, pode-se deduzir que as populações de baixa renda, que se encontram no meio rural, dificilmente têm acesso a esse benefício social.

O ensino médio cresceu em 33,8% nesse período. Ao se comparar o número de matrículas dos cursos de nível médio e primário, observa-se que o acesso ao ensino de 1º e 2º ciclos é relativamente pequeno. Em 1968, o número de matrículas do ensino médio era apenas 29,55% do número de matrículas do ensino primário. Em 1969 este valor decrescia para 27% e, em 1970, atingia a 31,78%. Os estabelecimentos de nível médio particulares representam 64,14% do total, o que quer dizer que apenas as classes sociais de níveis de renda mais elevados têm acesso a esse tipo de curso.

Num período de quatro anos as escolas superiores de Ilhéus e Itabuna conseguiram formar, em seus diversos cursos, somente, 15,63% do total de alunos matriculados.

O grau de evasão observado no período 1961/74 parece demonstrar que os cursos oferecidos por essas escolas não estimulam os interessados, ou então não se ajustam às necessidades do mercado de trabalho regional.

Quanto à segunda parte, ou seja, aspectos da distribuição da renda, consumo, habitação e ocupação, verifica-se que:

a) A distribuição percentual da renda nas cidades pesquisadas alcança maiores índices de concentração nos dois decis mais ricos das famílias, destacando-se aí as cidades de Poções e Itapetinga, com 74,38% de suas rendas respectivamente.

De uma maneira geral, um dos importantes fatores que se pode associar à desigualdade na distribuição da renda nas cidades pesquisadas, é o crescimento acelerado de suas populações, não acompanhado pelo dos serviços e equipamentos urbanos, ocasionando assim o aparecimento de populações marginais, que vivem em função de eventuais prestações de serviços, onde o mecanismo de absorção da mão-de-obra tende a ficar entregue às condições criadas pelo mercado, sempre inferior à oferta;

b) Os níveis de renda *per capita* mensal, segundo os decis, apresentam o seguinte comportamento: a nível de decil, constata-se que as cidades de Itapetinga (Cr\$ 325,30) e de Ibicaraí (Cr\$ 110,20) constituem os extremos de renda *per capita* média. A elevada dispersão entre as médias dessas duas cidades reflete-se no afastamento padrão correspondente a 36% da média de distribuição. A renda *per capita*, a nível de cidade, atinge maiores índices em Itapetinga (Cr\$ 340,45) e Itabuna (Cr\$ 311,70). Vitória da Conquista, Jequié, Coaraci, Poções e Itamaraju tem médias bastante próximas, sendo que a diferença observada é de Cr\$ 47,60 entre os extremos. As demais constituem o grupo de baixa renda.

c) Os níveis de renda familiar segundo frações das famílias apresentam-se com maiores índices nos decis mais ricos, sendo que em termos médios destacam-se as cidades de Ilhéus (Cr\$ 1.119,10), Itabuna (Cr\$ 1.563,08) e Itapetinga (Cr\$ 1.904,11);

d) No índice de Gini modificado (P) nota-se que a cidade de Poções é a que apresenta maior desigualdade de renda, acompanhada de perto por Itapetinga, Itanhém, Coaraci e Itabuna. Ilhéus e Valença destacam-se como as cidades de renda melhor distribuída;

e) A análise do consumo alimentar demonstrou que é alto o percentual de renda destinado pelos grupos de rendimento até mediano para o consumo alimentar, chegando a ultrapassar a receita nos grupos mais pobres;

f) O baixo nível de vida apresentado pelos componentes mais pobres das populações dessas cidades, explicaria, por si só, as condições de suas habitações, pois as mesmas se encontram muito abaixo do mínimo de decência compatível com as exigências da vida contemporânea.

g) As pessoas de baixa renda nas onze cidades têm ocupações vinculadas ao comércio ambulante, trabalhos agropecuários, lavagem de roupas e empregos domésticos. Entre as ocupações que se apresentam como *Outras*, destacam-se as atividades artesanais. Observa-se também grande número de pessoas que vivem em função de doações, havendo grande quantidade de esmoleres.



ANEXO 1
POPULAÇÃO E RENDA

TABELA 1. Número de famílias, membros da família e Renda Anual Total (R.A.T.), nas cidades em estudo, segundo os decis – 1973

Decis	Cidades								
	Itanhém		Jequié		Itabuna				
	Famílias	Membros	R.A.T.	Famílias	Membros	R.A.T.	Famílias	Membros	R.A.T.
1% -	2	5	440,00	4	8	839,00	4	10	1.584,00
5% -	12	26	7.340,00	18	49	11.891,00	20	62	16.461,00
10	23	61	23.162,00	36	108	36.963,00	40	137	51.892,00
10	24	101	41.864,00	35	142	76.675,00	40	150	110.184,00
10	23	97	52.965,00	36	163	106.257,00	40	176	154.684,00
10	23	119	65.520,00	35	192	127.726,00	39	206	194.331,00
10	24	134	83.760,00	36	207	168.523,00	40	213	526.204,00
10	23	122	100.424,00	35	191	201.476,00	40	216	321.559,00
10	23	132	139.920,00	36	211	265.046,00	39	229	435.220,00
10	24	144	220.108,00	35	210	358.189,00	40	232	730.584,00
10	23	131	409.458,00	36	234	570.396,00	40	204	1.254.823,00
10	23	134	1.346.610,00	35	206	2.070.652,00	39	212	3.877.733,00
1% +	2	13	213.894,00	4	26	919.892,00	4	16	1.430.700,00
5% +	12	77	898.978,00	18	117	1.619.888,00	20	107	2.808.060,00

(continua)

TABELA 1. Número de famílias, membros da família e Renda Anual Total (R.A.T.), nas cidades em estudo, segundo os decis – 1973 (cont.)

Dec. 8	Cidades											
	Itaboraí			Itamaraju			Itapetinga			Itiúba		
	Famílias	Membros	R.A.T.	Famílias	Membros	R.A.T.	Famílias	Membros	R.A.T.	Famílias	Membros	R.A.T.
1% -	3	8	444,00	2	9	744,00	3	4	540,00	3	9	1.344,00
5% -	15	36	4.942,00	9	13	7.326,00	13	34	7.286,00	17	86	12.300,00
10	29	77	14.542,00	18	60	21.892,00	27	94	30.457,00	36	126	47.892,00
10	30	114	38.496,00	19	102	44.434,00	27	140	83.347,00	34	161	108.896,00
10	29	140	46.188,00	18	106	67.348,00	27	161	116.436,00	36	166	164.820,00
10	29	163	68.132,00	18	104	68.512,00	27	176	141.896,00	34	172	181.020,00
10	30	188	98.294,00	18	91	66.398,00	27	146	177.344,00	36	188	236.632,00
10	29	196	104.896,00	19	108	118.476,00	28	138	219.576,00	34	182	297.744,00
10	29	181	133.032,00	19	120	154.897,00	27	160	328.728,00	36	182	398.520,00
10	30	172	187.376,00	18	113	220.328,00	27	168	645.714,00	34	212	825.894,00
10	29	189	344.844,00	18	129	384.896,00	27	171	874.484,00	36	226	774.288,00
10	29	173	1.173.296,00	18	122	928.448,00	27	168	3.843.286,00	36	213	1.946.418,00
1% +	3	19	329.008,00	2	9	240.400,00	3	19	1.894.000,00	0	33	372.192,00
5% +	15	86	831.800,00	8	68	637.480,00	13	68	2.806.890,00	17	121	1.319.232,00

(continua)

TABELA 1. Número de famílias, membros da família e Renda Anual Total (R.A.T.), nas cidades em estudo, segundo os decis – 1973 (cont.)

Decis	Cidades											
	Valença			Poçoas			Vitória da Conquista			Coaraci		
	Famílias	Membros	R.A.T.	Famílias	Membros	R.A.T.	Famílias	Membros	R.A.T.	Famílias	Membros	R.A.T.
1% -	3	12	840,00	2	3	40,00	4	8	916,00	2	8	320,00
5% -	14	47	8.380,00	9	27	1.771,00	20	48	10.136,00	12	37	4.124,00
10	28	94	27.172,00	18	57	7.440,00	40	119	32.144,00	24	83	12.724,00
10	28	94	84.408,00	18	76	22.116,00	40	166	78.106,00	25	106	36.040,00
10	28	108	74.338,00	18	66	33.913,00	40	207	108.298,00	24	124	46.890,00
10	29	144	97.720,00	18	60	43.946,00	41	206	182.544,00	25	130	63.180,00
10	28	137	117.918,00	18	101	68.708,00	40	212	182.544,00	24	121	78.332,00
10	28	184	184.824,00	17	98	72.219,00	41	228	236.820,00	25	149	107.172,00
10	28	181	196.186,00	18	106	101.674,00	40	264	318.087,00	24	166	128.390,00
10	29	143	298.804,00	18	92	136.106,00	41	286	463.634,00	25	149	200.928,00
10	28	188	370.212,00	18	101	228.411,00	40	240	789.508,00	25	166	367.516,00
10	28	184	1.170.272,00	18	106	1.161.120,00	40	248	2.417.292,00	25	160	1.283.216,00
1% +	3	14	270.488,00	2	9	537.898,00	4	19	627.760,00	2	8	376.120,00
5% +	14	66	820.704,00	9	69	964.894,00	20	140	1.633.894,00	12	72	928.824,00

TABELA 2. Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA), segundo setores de atividade – 1970

Municípios	Agricultura, Pecuária, Caça e Pesca	Atividades industriais	Serviços					Outras atividades	Total
			Comércio de mercadorias	Prestação de serviços	Transportes, Comunicações e Armazenagem	Atividades sociais	Administração pública		
Ilhéus	14.677	4.068	2.989	4.722	1.865	1.618	1.175	1.524	32.638
Itabuna	9.187	6.196	5.531	7.598	1.785	1.788	1.332	2.446	35.863
Ibicaraí	3.949	1.128	867	845	186	269	143	300	7.687
Itapetinga	4.242	2.688	1.684	2.546	469	506	305	814	13.254
Itanhém	7.326	563	507	841	93	174	62	87	9.453
Itamaraju	14.228	973	993	885	281	167	47	527	18.101
Jequié	13.542	4.107	3.296	5.204	1.113	1.272	554	1.379	30.467
Coaraci	4.025	597	523	960	63	191	171	101	6.631
Poções	9.885	657	616	857	168	157	86	162	12.588
Valença	9.203	1.784	736	968	387	510	314	303	14.205
V. Conquista	12.927	5.815	5.120	7.442	1.584	1.337	668	964	35.867
Total	103.191	28.576	22.862	32.668	8.004	7.989	4.857	8.607	216.754

Fonte: FIBGE – Censo Demográfico da Bahia – 1970

TABELA 3. Distribuição da população e da renda nas cidades em estudo, segundo as classes de renda – 1973

Discriminação	Classes de renda									Total
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
ITABUNA										
– % de famílias	3,02	11,08	23,68	20,40	19,65	10,08	8,06	3,02	1,01	100,00
– % de população	3,70	13,92	29,32	18,38	16,86	9,16	6,13	1,72	0,81	100,00
– % de renda	0,18	1,66	6,87	8,03	14,72	16,19	21,20	11,78	19,37	100,00
– Pessoas/domicílio	6,08	6,25	6,16	4,48	4,72	4,53	3,78	2,83	4,00	4,97
ILHÉUS										
– % de famílias	2,89	10,12	19,65	29,48	21,39	10,98	4,05	1,44	–	100,00
– % de população	3,07	13,25	23,00	30,94	17,03	8,43	3,62	0,86	–	100,00
– % de renda	0,20	2,28	7,75	20,09	22,46	22,42	18,19	6,61	–	100,00
– Pessoas/domicílio	3,60	6,85	6,18	5,54	4,20	4,05	4,71	2,25	–	5,28
ITAPETINGA										
– % de famílias	5,95	12,64	21,56	23,42	14,87	12,64	5,57	1,86	1,49	100,00
– % de população	5,64	17,11	22,94	21,42	15,85	10,54	4,11	1,46	1,13	100,00
– % de renda	0,30	1,98	4,82	8,85	12,67	16,29	13,63	11,22	30,24	100,00
– Pessoas/domicílio	5,31	7,59	5,97	5,13	5,90	4,68	4,13	4,40	4,25	5,61
ITAMARAJU										
– % de famílias	7,10	19,13	21,31	24,59	17,49	7,10	2,19	1,09	–	100,00
– % de população	8,74	22,51	23,17	22,70	15,01	5,22	1,80	0,85	–	100,00
– % de renda	1,01	5,30	9,59	18,06	25,53	17,03	11,90	11,58	–	100,00
– Pessoas/domicílio	7,08	6,77	6,26	5,31	4,94	4,23	4,75	4,50	–	5,75
JEQUIÉ										
– % de famílias	4,51	17,75	30,14	24,79	12,67	6,20	1,97	1,41	0,56	100,00
– % de população	4,56	21,67	31,39	23,77	11,32	4,29	1,29	1,07	0,64	100,00
– % de renda	0,42	4,60	12,05	17,75	17,06	12,74	7,83	13,84	13,71	100,00
– pessoas/domicílio	5,31	6,41	5,47	5,03	4,89	3,64	3,43	4,00	6,00	5,25
VITÓRIA DA CONQUISTA										
– % de famílias	6,70	17,37	30,52	20,84	11,91	6,45	4,72	1,24	0,25	100,00
– % de população	8,16	18,12	32,16	20,30	10,38	6,02	3,75	0,97	0,14	100,00
– % de renda	0,72	3,59	12,35	14,84	15,76	18,66	20,63	10,91	2,54	100,00
– pessoas/domicílio	6,52	5,59	5,64	5,21	4,67	5,00	4,26	4,20	3,00	5,35
VALENÇA										
– % de famílias	5,65	16,26	28,62	27,92	12,01	4,95	3,18	1,41	–	100,00
– % de população	7,80	19,96	32,69	23,10	9,30	4,15	2,07	0,93	–	100,00
– % de renda	0,77	5,28	15,19	20,89	16,34	14,61	14,02	12,90	–	100,00
– pessoas/domicílio	6,81	6,07	5,64	4,09	3,82	4,14	3,22	3,25	–	4,95

(continua)

TABELA 3. Distribuição da população e da renda nas cidades em estudo, segundo as classes de renda – 1973 (cont.)

Discriminação	Classes de Renda									Total
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
POÇÕES										
- % de famílias	14,52	25,14	22,35	18,43	10,06	5,59	2,23	0,56	1,12	100,00
- % de população	14,08	30,04	24,09	17,16	8,69	2,97	1,32	0,66	0,99	100,00
- % de renda	1,08	6,05	9,26	13,92	13,75	9,23	8,12	9,84	28,75	100,00
- pessoas/domicílio	4,92	6,07	5,48	4,73	4,39	2,70	3,00	6,00	4,50	5,08
ITANHÉM										
- % de famílias	17,07	21,95	24,39	18,29	11,38	2,85	2,44	1,22	0,41	100,00
- % de população	18,99	25,49	23,16	17,31	9,64	2,92	1,32	1,02	0,15	100,00
- % de renda	2,23	6,81	11,77	17,82	18,14	9,46	9,53	13,14	11,10	100,00
- pessoas/domicílio	6,19	6,46	5,28	5,27	4,71	5,71	3,00	4,67	2,00	5,56
IBICARAÍ										
- % de famílias	20,14	23,89	22,53	15,70	10,58	5,46	1,02	0,68	—	100,00
- % de população	24,34	27,78	18,45	13,76	9,19	5,22	0,73	0,53	—	100,00
- % de renda	3,58	8,41	10,34	14,87	20,46	24,41	5,94	11,99	—	100,00
- pessoas/domicílio	6,24	6,00	4,23	4,52	4,48	4,94	3,67	4,00	—	5,16
COARACI										
- % de famílias	8,58	19,74	28,33	18,03	12,87	6,44	5,15	0,86	—	100,00
- % de população	12,94	25,70	27,15	12,34	9,53	7,06	4,43	0,85	—	100,00
- % de renda	1,31	5,46	10,94	9,95	14,26	23,34	26,55	8,19	—	100,00
- pessoas/domicílio	7,60	6,56	4,83	3,45	3,73	5,53	4,33	5,00	—	5,04

TABELA 4. Percentual acumulado de famílias e de renda nas cidades em estudo — 1973

Percentual acumulado de famílias	Percentual acumulado de renda											
	Coaraci	Itapetinga	Itabuna	Vitória da Conquista	Itamaraju	Ibicaíara	Jequié	Itanhém	Valença	Ilhéus	Poções	
0,10	0,0093	0,0049	0,0070	0,0068	0,0104	0,0066	0,0093	0,0055	0,0188	0,0102	0,0040	
0,20	0,0262	0,0184	0,0219	0,0233	0,0318	0,0227	0,0286	0,0208	0,0325	0,0331	0,0158	
0,30	0,0475	0,0373	0,0429	0,0458	0,0594	0,0437	0,0553	0,0412	0,0621	0,0662	0,0339	
0,40	0,0739	0,0603	0,0682	0,0760	0,0924	0,0737	0,0874	0,0688	0,1010	0,1050	0,0574	
0,50	0,1076	0,0891	0,1039	0,1146	0,1340	0,1129	0,1297	0,1021	0,1479	0,1555	0,0888	
0,60	0,1480	0,1247	0,1474	0,1646	0,1916	0,1605	0,1803	0,1488	0,2095	0,2193	0,1274	
0,70	0,2043	0,1780	0,2063	0,2319	0,2662	0,2209	0,2469	0,2062	0,2844	0,3047	0,1818	
0,80	0,2929	0,2666	0,3052	0,3279	0,3771	0,3106	0,3368	0,2929	0,3856	0,4173	0,2562	
0,90	0,4578	0,4085	0,4751	0,4886	0,5528	0,4671	0,4800	0,4489	0,5340	0,5832	0,3798	
1,00	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	

TABELA 5. Condições de ocupação dos entrevistados — 1973

Ocupação	Ilhéus		Itabuna		Itapetinga		Ibicaíara		Coaraci		Vitória da Conquista		Valença		Poções		Itanhém		Itamaraju		Jequié		Total (A + B)
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	
Lavagem de roupa	3	5	11	6	5	8	15	3	9	20	2	1	9	10	13	9	6	8	4	24	176		
Emprego doméstico	-	2	11	4	7	6	9	1	3	7	1	7	3	4	8	3	-	4	3	10	96		
Trabalho rural	-	1	-	6	3	5	23	6	11	5	3	-	5	8	17	20	3	18	1	4	188		
Pequena agricultura	-	2	-	-	-	1	4	-	4	-	-	2	1	-	2	-	-	-	-	2	17		
Direção de veículos	-	3	1	4	-	4	1	2	1	-	4	-	1	-	2	3	-	-	-	4	8		
Funcionalismo público	2	7	-	-	4	4	2	1	1	-	1	-	7	-	2	-	-	-	-	1	30		
Indústria geral/Mecânica	-	-	5	2	1	6	2	2	2	8	1	6	2	5	4	1	2	1	2	7	58		
Biscates	5	10	3	9	3	17	15	5	4	1	9	7	6	6	8	17	20	1	11	5	16	206	
Comércio ambulante	-	3	-	1	1	2	1	1	1	-	1	-	1	3	2	2	3	1	1	4	27		
Marcenaria	-	2	-	2	-	3	2	10	1	1	7	2	2	2	5	4	1	6	2	3	58		
Construção civil	1	4	7	13	5	7	11	8	3	2	3	21	6	10	16	11	5	1	2	3	142		
Esmola	1	2	2	1	1	-	-	1	1	3	2	-	-	-	-	-	3	2	1	2	23		
Aluguel	-	1	-	3	-	-	-	-	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11		
Vigilância	-	2	-	4	-	-	-	3	6	1	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	3	29	
Aposentadoria	-	2	1	-	-	-	1	-	2	1	4	1	-	-	5	3	1	1	1	1	3	25	
Costura	-	10	2	12	5	16	9	17	8	10	26	5	10	4	12	20	21	3	12	5	25	232	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	12	54	24	85	31	71	84	131	22	44	41	116	21	64	46	91	100	93	20	66	29	111	1356

A: abaixo de 23
B: até 30

TABELA 6. Equações do tipo $Y = AX^b$ estimadas para determinação dos coeficientes de desigualdade de distribuição da renda (ϵ).

Municípios	Equações do tipo $Y = AX^b$
Itabuna	$Y = 0,51968 X^{1,99840}$ $R^2 = 0,96357$
Ilhéus	$Y = 0,66934 X^{1,88448}$ $R^2 = 0,98451$
Itanhém	$Y = 0,52961 X^{2,05496}$ $R^2 = 0,97085$
Coaraci	$Y = 0,49299 X^{1,84769}$ $R^2 = 0,95166$
Valença	$Y = 0,62369 X^{1,84476}$ $R^2 = 0,97894$
Poções	$Y = 0,48329 X^{2,16613}$ $R^2 = 0,96810$
Jequié	$Y = 0,56446 X^{1,87114}$ $R^2 = 0,97145$
Itamaraju	$Y = 0,59119 X^{1,87084}$ $R^2 = 0,97077$
Ibicaraí	$Y = 0,54424 X^{2,00870}$ $R^2 = 0,97135$
Vitória da Conquista	$Y = 0,56236 X^{2,00740}$ $R^2 = 0,97345$
Itapetinga	$Y = 0,47814 X^{2,7989}$ $R^2 = 0,961391$

ANEXO 2
CONDIÇÕES HABITACIONAIS

TABELA 1. Condições habitacionais por classes de renda – Ilhéus – 1973

Características Habitacionais	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Condição de Ocupação									
Própria	9	26	49	73	50	24	8	—	239
Alugada/Arrendada	1	6	15	19	23	11	6	3	84
Cedida	—	3	4	10	1	3	—	2	23
Tipo de Construção									
Taipa	6	9	14	13	3	—	—	—	45
Adobe	—	—	1	1	—	—	—	—	2
Tijolo	1	12	24	51	52	24	9	4	177
Madeira	2	7	12	10	6	1	—	—	38
Taipa/Tijolo	—	2	5	7	1	3	—	—	18
Tijolo/Madeira	—	3	6	10	10	8	5	1	43
Taipa/Madeira	1	2	5	8	2	—	—	—	18
Adobe/Tijolo	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	1	2	—	2	—	—	5
Tipo de Cobertura									
Palha	—	1	—	—	—	—	—	—	1
Taubilha	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Piçava	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Zinco	—	—	—	1	—	—	—	—	1
Telha de barro	10	31	68	92	64	24	10	3	302
Lage	—	—	—	4	4	6	2	2	18
Eternit	—	3	—	1	1	1	1	—	7
Palha/Telha	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Outros	—	—	—	4	5	7	—	—	16
Fonte de Abastecimento									
Cacimba	8	22	44	55	21	6	—	—	156
Poço tubular	—	—	4	3	3	—	1	—	11
Rio	—	1	2	1	1	3	—	—	8
Estação de tratamento	2	10	17	43	49	29	13	5	168
Chafariz	—	2	1	—	—	—	—	—	3
Estação de tratamento/ Cacimba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio/Cacimba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio/Estação de tratamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Melhorias									
Água encanada	1	7	19	40	50	31	14	5	167
Esgoto	2	9	13	42	42	26	10	5	149
Fossa	4	17	46	53	45	21	10	1	197
Energia elétrica	2	13	46	78	70	37	14	5	265

TABELA 4. Condições habitacionais por classes de renda – Itapetinga – 1973

Características Habitacionais	A	B	C	D	E	F	G	H	I	Total
Condições de Ocupação										
Própria	10	24	36	40	23	22	13	3	3	174
Alugada/arrendada	4	6	16	18	17	10	1	2	1	75
Cedida	2	4	6	5	-	2	1	-	-	20
Tipo de Construção										
Taipa	2	3	4	5	2	1	-	-	-	17
Adobe	4	8	12	6	2	3	-	1	-	36
Madeira	1	1	2	-	-	-	-	-	-	4
Tijolo	6	14	33	39	30	28	14	4	4	172
Tijolo/Madeira	-	-	1	2	-	-	-	-	-	3
Tijolo/Taipa	-	-	1	2	1	-	-	-	-	4
Taipa/Madeira	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Adobe/Tijolo	3	6	4	8	5	2	1	-	-	29
Outros	-	2	-	1	-	-	-	-	-	3
Tipo de Cobertura										
Palha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taubilha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piçava	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zinco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telha de barro	15	34	56	63	39	33	13	5	2	260
Lage	1	-	1	-	-	-	1	-	2	5
Eternit	-	-	1	-	-	-	1	-	-	2
Palha/Telha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Fonte de Abastecimento										
Cacimba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Poço tubular	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio	2	6	5	2	2	1	-	-	-	18
Estação de tratamento	12	19	39	50	36	32	15	5	4	212
Chafariz	2	9	14	10	1	-	-	-	-	36
Estação de tratamento/Cacimba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio/Cacimba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio/Estação de tratamento	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
Outros	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Melhorias										
Água encanada	4	10	16	42	33	31	15	5	4	160
Esgoto	7	15	25	43	33	30	15	5	4	177
Fossa	3	10	20	14	5	7	2	-	-	61
Energia elétrica	4	4	13	32	32	30	15	5	4	139

TABELA 5. Condições habitacionais por classes de renda – Itanhém – 1973

Características Habitacionais	A	B	C	D	E	F	G	H	I	Tota
Condições de Ocupação										
Própria	32	42	42	38	19	3	3	2	1	182
Alugada/Arrendada	5	6	15	6	6	4	3	1	—	46
Cedida	5	6	3	1	3	—	—	—	—	18
Tipo de Construção										
Taipa	16	17	14	1	3	—	—	—	—	51
Adobe	4	8	7	5	4	—	—	—	—	28
Madeira	1	1	1	1	—	—	—	—	—	4
Tijolo	8	10	17	28	17	6	5	3	1	95
Madeira/Tijolo	3	—	3	3	1	—	—	—	—	10
Tijolo/Taipa	3	7	6	3	1	—	—	—	—	20
Taipa/Madeira	1	3	4	1	1	—	1	—	—	11
Adobe/Tijolo	2	4	3	2	1	1	—	—	—	13
Outros	4	4	5	1	—	—	—	—	—	14
Tipo de Cobertura										
Palha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Taubilha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Piçava	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Zinco	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1
Telha de barro	41	53	58	45	26	7	6	3	1	240
Lage	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
Eternit	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Palha/Telha	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
Outros	1	1	—	—	1	—	—	—	—	3
Fonte de Abastecimento										
Cacimba	36	38	38	39	24	7	5	2	—	189
Poço tubular	—	1	2	1	—	—	—	—	—	4
Rio	3	3	11	3	2	—	—	—	1	23
Estação de tratamento	1	1	—	—	—	—	—	—	—	2
Chafariz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estação de tratamento/Cacimba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio/Cacimba	2	10	8	2	2	—	1	1	—	26
Rio/Estação de Tratamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	1	1	—	—	—	—	—	—	2
Melhorias										
Água encanada	—	—	2	5	3	1	3	—	1	15
Esgoto	4	8	12	21	13	2	2	3	1	66
Fossa	15	23	28	27	13	5	4	2	1	118
Energia elétrica	—	—	5	21	12	3	3	3	1	48

TABELA 6. Condições habitacionais por classes de renda – Itamarajú – 1973

Características Habitacionais	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Condições de Ocupação									
Própria	11	26	26	32	19	9	1	2	126
Alugada/arrendada	1	5	10	12	10	4	3	—	45
Cedida	1	4	3	1	3	—	—	—	12
Tipo de Construção									
Taipa	4	13	16	10	3	2	—	—	48
Adobe	1	1	4	5	—	—	—	—	11
Madeira	1	3	2	2	—	—	—	—	8
Tijolo	1	4	4	16	17	7	4	2	55
Madeira/Tijolo	—	1	1	1	1	1	—	—	5
Tijolo/Taipa	—	1	4	1	6	1	—	—	13
Taipa/Madeira	3	6	6	5	2	2	—	—	24
Adobe/Tijolo	—	1	1	4	1	—	—	—	7
Outros	3	5	1	1	2	—	—	—	12
Tipo de Cobertura									
Palha	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Taubilha	3	15	9	3	—	3	—	—	33
Piçava	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Zinco	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Telha/Barro	10	18	27	41	31	10	4	2	143
Lage	—	—	—	—	1	—	—	—	1
Eternit	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Palha/Telha	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	2	3	1	—	—	—	—	6
Fonte de Abastecimento									
Cacimba	11	28	29	34	27	12	4	2	147
Poço tubular	—	—	—	1	1	1	—	—	3
Rio	—	1	—	3	—	—	—	—	4
Estação de tratamento	1	2	6	4	2	—	—	—	15
Chefariz	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estação de tratamento/ Cacimba	1	1	1	—	1	—	—	—	4
Rio/Cacimba	—	—	—	3	—	—	—	—	3
Rio/Estação de tratamento	—	2	2	—	—	—	—	—	4
Outros	—	1	1	—	1	—	—	—	3
Melhorias									
Água encanada	1	—	—	—	3	1	—	—	5
Esgoto	—	1	—	3	11	3	—	2	20
Fossa	3	6	15	21	16	7	2	2	72
Energia elétrica	—	1	2	7	15	6	1	2	34

TABELA 7. Condições habitacionais por classes de renda – Jequié – 1973

Características Habitacionais	A	B	C	D	E	F	G	H	I	Total
Condições de Ocupação										
Própria	13	43	80	58	24	16	3	3	1	241
Alugada/arrendada	3	14	19	25	20	6	3	2	1	93
Cedida	-	6	8	4	1	-	1	-	-	20
Tipo de Construção										
Taipa	2	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Adobe	12	56	74	49	18	9	2	-	-	220
Tijolo	1	5	21	23	20	10	5	3	2	90
Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taipa/Tijolo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tijolo/Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taipa/Madeira	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Adobe/Tijolo	1	-	9	16	7	3	-	2	-	38
Outros	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
Tipo de Cobertura										
Palha	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Taubilha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piçava	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zinco	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Telha/Barro	16	62	106	84	43	18	7	3	1	340
Lage	-	-	-	1	1	1	-	2	-	5
Eternit	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palha/Telha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	1	2	1	2	-	-	1	7
Fonte de Abastecimento										
Cacimba	4	3	2	-	2	-	-	-	-	11
Poço tubular	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Rio	2	7	11	4	1	1	-	-	-	26
Estação de tratamento	10	48	91	83	42	20	7	5	2	308
Chafariz	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2
Estação tratamento/Cacimba	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Rio/Cacimba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio/Estação de tratamento	-	3	-	1	-	-	-	-	-	4
Outros	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Melhorias										
Água encanada	-	14	52	55	37	17	6	4	1	186
Esgoto	2	6	33	40	34	19	7	5	2	148
Fossa	6	17	39	32	12	6	2	-	-	114
Energia elétrica	1	9	40	53	37	19	7	5	2	173

TABELA 8. Condições habitacionais por classes de renda – Coaraci – 1973

Características Habitacionais	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Condições de Ocupação									
Própria	12	25	44	26	22	11	10	2	152
Alugada/Arrendada	6	13	16	11	7	4	2	—	59
Cedida	2	8	6	5	1	—	—	—	22
Tipo de Construção									
Taipa	7	17	13	6	2	—	—	—	45
Adobe	—	1	1	1	—	—	—	—	3
Tijolo	8	17	36	29	23	15	11	2	141
Madeira	—	—	—	—	2	—	—	—	2
Taipa/Tijolo	2	7	9	3	2	—	1	—	24
Tijolo/Madeira	—	1	—	2	1	—	—	—	4
Taipa/Madeira	1	2	3	1	—	—	—	—	7
Adobe/Tijolo	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Outros	2	1	3	—	—	—	—	—	6
Tipo de Cobertura									
Palha	1	—	2	—	2	—	—	—	5
Taubilha	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Piçava	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Zinco	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Telha de barro	18	46	64	40	27	14	8	2	219
Lage	—	—	—	1	—	—	3	—	4
Eternit	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Palha/Telha	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Outros	—	—	—	1	1	—	1	—	3
Fonte de Abastecimento									
Cacimba	6	12	8	8	1	1	—	—	36
Poço Tubular	—	1	4	4	1	—	—	—	10
Rio	—	—	1	1	1	—	—	—	3
Estação de tratamento	1	16	26	18	22	14	12	2	111
Chafariz	11	15	26	11	5	—	—	—	68
Estação de tratamento/ Cacimba	1	2	1	—	—	—	—	—	4
Rio/Cacimba	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio/Estação de tratamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Melhorias									
Água encanada	2	12	20	20	19	14	10	2	99
Esgoto	4	16	29	27	19	15	10	2	122
Fossa	8	17	21	19	11	7	6	—	89
Energia elétrica	4	9	20	22	19	14	11	2	101

TABELA 9. Condições habitacionais por classes de renda – Poções – 1973

Características habitacionais	A	B	C	D	E	F	G	H	I	Tot
Condições de Ocupação										
Própria	16	35	30	21	13	10	2	1	2	13
Alugada/ Arrendada	6	8	8	8	4	—	2	—	—	3
Cedida	4	2	2	4	1	—	—	—	—	1
Tipo de Construção										
Taipa	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adobe	22	42	34	26	9	4	1	—	—	13
Tijolo	—	1	2	2	4	4	3	—	1	1
Madeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Taipa/Tijolo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Tijolo/Madeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Taipa/Madeira	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Adobe/Tijolo	1	1	3	3	4	2	—	1	1	1
Outros	2	1	1	1	1	—	—	—	—	—
Tipo de Cobertura										
Palha	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Taubilha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Piçava	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Zinco	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Telha de barro	25	40	40	31	17	10	4	1	2	17
Lage	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Eternit	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Palha/Telha	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Outros	—	3	—	—	1	—	—	—	—	—
Fonte de Abastecimento										
Cacimba	—	—	2	1	1	1	—	—	—	—
Poço tubular	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Rio	—	8	3	2	3	—	—	—	—	1
Estação de tratamento	9	11	19	25	11	9	3	1	2	9
Chafariz	17	26	15	5	2	—	1	—	—	6
Estação de tratamento/Cacimba	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Rio/Cacimba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio/Estação de tratamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Melhorias										
Água encanada	2	8	10	14	11	8	3	1	2	5
Esgoto	—	—	4	4	5	3	2	1	1	1
Fossa	4	15	12	16	10	7	2	—	2	2
Energia elétrica	—	8	10	12	12	7	3	1	2	2

TABELA 10. Condições habitacionais por classes de renda – Valença – 1973

Características habitacionais	A	B	C	D	E	F	G	H	I	Total
Condições de Ocupação										
Própria	11	32	56	51	21	11	8	4	—	194
Alugada/Arrendada	3	11	16	20	13	3	1	—	—	67
Cedida	2	3	9	8	—	—	—	—	—	22
Tipo de Construção										
Taipa	5	18	17	7	1	—	1	—	—	49
Adobe	2	—	1	2	—	1	—	—	—	6
Tijolo	—	19	33	49	26	12	5	3	—	147
Madeira	1	—	3	2	—	1	—	—	—	7
Taipa/Tijolo	8	8	23	14	3	—	—	—	—	56
Tijolo/Madeira	—	—	23	2	1	—	2	—	—	28
Taipa/Madeira	—	1	3	2	1	—	1	1	—	9
Adobe/Tijolo	—	—	1	1	—	—	—	—	—	2
Outros	—	—	—	2	—	—	—	—	—	2
Tipos de Cobertura										
Palha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Taubilha	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Piçava	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Zinco	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Telha/Barro	16	45	79	76	33	12	6	3	—	270
Lage	—	—	2	—	—	2	2	1	—	7
Eternit	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1
Palha/Telha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	2	—	—	1	—	—	3
Fonte de Abastecimento										
Cacimba	6	12	19	14	1	—	1	—	—	53
Poço tubular	—	2	—	2	—	—	—	—	—	4
Rio	1	4	4	4	1	—	—	—	—	14
Estação de tratamento	5	16	47	50	30	—	7	4	—	159
Chafariz	3	9	7	6	1	14	1	—	—	41
Estação de tratamento/Cacimba	1	3	1	2	1	—	—	—	—	8
Rio/Cacimba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio/Estação de tratamento	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Outros	—	—	3	—	—	—	—	—	—	3
Melhorias										
Água encanada	2	9	32	47	26	12	7	4	—	139
Esgoto	—	7	16	32	22	12	6	3	—	98
Fossa	—	3	10	18	8	5	2	—	—	46
Energia elétrica	7	20	53	63	31	14	8	4	—	200

TABELA 11. Condições habitacionais por classes de renda – Vitória da Conquista – 1973

Características habitacionais	A	B	C	D	E	F	G	H	I	Total
Condições de Ocupação										
Própria	16	48	85	52	31	15	11	2	1	261
Alugada/Arrendada	5	17	30	27	16	11	7	3	-	116
Cedida	6	5	8	5	1	-	1	-	-	26
Tipo de Construção										
Taipa	1	2	1	1	-	1	-	-	-	6
Adobe	21	48	65	39	16	3	3	1	1	197
Tijolo	-	13	38	31	23	17	13	4	-	139
Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taipa/Tijolo	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Tijolo/Madeira	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Taipa/Madeira	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Adobe/Tijolo	4	5	17	13	8	5	3	-	-	5
Outros	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Tipo de Cobertura										
Palha	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Taubilha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piçava	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zinco	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Telha de barro	26	70	122	82	48	24	18	4	1	395
Laga	-	-	-	-	-	1	1	1	-	3
Eternit	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Palha/Telha	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte de Abastecimento										
Cacimba	8	30	31	14	6	3	2	1	-	95
Poço tubular	3	1	9	4	3	-	1	-	-	21
Rio	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Estação de tratamento	11	28	68	62	37	22	16	3	1	248
Chafariz	4	7	10	3	1	1	-	-	-	26
Estação de tratamento/Cacimba	1	3	3	1	1	-	-	-	-	9
Rio/Cacimba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio/Estação de tratamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	2	-	-	-	-	1	-	3
Melhorias										
Água encanada	6	17	57	52	37	22	17	4	1	213
Esgoto	1	1	11	18	17	13	7	2	-	70
Fossa	10	23	67	48	40	21	18	3	1	231
Energia elétrica	1	9	48	50	40	24	18	4	1	195

ANEXO 3
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO

TABELA 1. Valor Bruto da Produção agrícola, segundo os municípios (em Cr\$ 1,00) — 1970

Municípios	Produtos															
	Cacau	Mandioca	Coco	Feijão	Cana-de-açúcar	Banana	Laranja	Arroz	Milho	Tomate	Borracha	Algodão	Batata inglesa	Sisal	Amen-doim	Mamona
Ilhéus	62.500.000	-	1.800.000	62.400	630.000	27.000	172.800	3.252	12.960	-	440.000	-	-	-	-	-
Itabuna	14.446.783	135.000	-	8.268	59.471	68.040	46.450	7.740	2.100	-	29.700	-	-	-	-	-
Ibicaraí	4.321.000	96.000	112.000	180.000	24.000	108.000	375.000	60.000	139.165	-	-	-	-	-	-	-
Itaperitanga	-	132.000	99.000	91.155	29.750	1.920	36.000	56.160	67.500	-	-	-	-	-	-	-
Itanhém	-	300.000	-	665.000	81.000	28.125	140.000	72.800	44.400	-	-	-	-	-	31.500	-
Itamaraju	6.500.000	93.600	-	61.520	184.467	22.990	-	26.700	48.750	-	-	-	-	-	22.560	-
Jequié	2.309.960	2.116.800	63.000	269.383	941.920	520.000	320.000	16.520	207.292	11.400	-	-	22.680	288.000	-	525.000
Coaraci	2.976.00	140.000	14.144	127.306	122.500	48.938	33.600	2.400	29.595	-	22.500	-	3.468	-	870	-
Poções	-	4.800.000	-	180.000	240.000	107.250	840.000	85.500	100.000	240.000	-	15.480	-	-	7.500	250.000
Valença	243.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V. Conquista	-	216.000	-	501.972	16.000	128.436	52.500	7.200	62.400	-	-	79.200	5.600	54.000	3.000	131.200

